

**UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

TAIS FERNANDA DE SOUZA

**OS MOVIMENTOS FEMINISTAS, A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAIS DE DIREITOS PARA
MULHERES NO BRASIL**

Três Passos (RS)
2019

TAIS FERNANDA DE SOUZA

**OS MOVIMENTOS FEMINISTAS, A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAIS DE DIREITOS PARA
MULHERES NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Direito objetivando a
aprovação no componente curricular Trabalho
de Curso - TC.

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul.

DCJS – Departamento de Ciências Jurídicas e
Sociais.

Orientador: Dr. Daniel Rubens Cenci

Três Passos (RS)
2019

Dedico este trabalho à minha família, pelo incentivo, apoio e confiança em mim depositados, e principalmente a todas as mulheres que lutaram em prol de uma sociedade justa e igualitária, para que cada vez mais, todas as mulheres possam exercer a liberdade de expressão sem temer.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Dr. Daniel Rubens Cenci, pela disponibilidade em me orientar e desenvolver essa tarefa com tanta paciência, atenção e dedicação. Por sempre me auxiliar nas minhas dúvidas e dificuldades e nos comentários fundamentais sobre meu trabalho.

Aos meus pais, que sempre estiveram presentes em cada passo que dei na minha caminhada acadêmica. Pelo esforço em me proporcionar a oportunidade para cursar a faculdade de Direito. Por sempre me incentivarem infinitamente e me apoiarem em momentos difíceis. Por acreditarem em mim.

Aos meus amigos e colegas de faculdade, pela amizade e companhia no decorrer das aulas. Pela ajuda nos momentos de dificuldade. Pelas brincadeiras e risadas. Pelas palavras de conforto e incentivo.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento do presente trabalho e que me inspiraram a falar sobre esse tema que é de fundamental importância. Que esse momento seja o fim de uma trajetória, mas seja também o início de uma nova caminhada e de novos aprendizados.

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância.” Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa questões em relação aos movimentos feministas e a construção de espaços de participação política e institucionais de direitos para mulheres no Brasil. Discute-se como os movimentos feministas contribuem para a defesa dos direitos das mulheres e qual a participação política das mulheres no Brasil, também, quais e como os espaços institucionais ajudam na luta pelos direitos das mulheres. Além disso, será abordado o surgimento das feministas, visto que este movimento se politizou através de uma evolução ideológica e política, fruto da própria condição histórica, incorporando questões de caráter crítico e de reivindicação de direitos igualitários entre homens e mulheres. Também, analisa-se que o feminismo, enquanto movimento social, não se objetiva igualar homens e mulheres, mas sim, que não haja nenhuma vantagem ou desvantagem atrelada ao fato de ser homem ou mulher. A metodologia do trabalho será fundamentalmente exploratória, com análise crítica de textos, leis e planos de gestão de políticas para mulheres, sendo a exposição dos resultados obtidos através de um texto escrito monográfico.

Palavras-Chave: Movimentos Feministas. Gênero. Participação Política. Espaços Institucionais.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course analyzes questions regarding the feminist movements and the construction of spaces of political and institutional participation of rights for women in Brazil. It discusses how feminist movements contribute to the defense of women's rights, and how women's political participation in Brazil also contributes to the struggle for women's rights. In addition, the emergence of feminists will be approached, since this movement has been politicized through an ideological and political evolution, fruit of the historical condition itself, incorporating issues of a critical nature and claiming equal rights between men and women. Also, it is analyzed that feminism, as a social movement, does not aim to equate men and women, but rather, that there is no advantage or disadvantage tied to being a man or a woman. The methodology of the work will be fundamentally exploratory, with a critical analysis of texts, laws and policy management plans for women, and the presentation of the results obtained through a written monographic text.

Keywords: Feminist Movements. Genre. Political Participation. Institutional Spaces.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 A EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS	11
1.1 Contexto histórico.....	12
1.1.1 <i>As ondas do movimento feminista.....</i>	<i>14</i>
1.1.2 <i>Feminismo No Brasil.....</i>	<i>17</i>
1.1.3 <i>Do regime militar ao caminho da redemocratização.....</i>	<i>21</i>
1.2 O lugar da mulher na sociedade.....	25
1.3 Feminismo e feminismos: A mulher negra na sociedade brasileira.....	28
2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE DIREITOS DAS MULHERES.....	31
2.1 As lutas históricas pelos direitos políticos.....	32
2.2 A participação política da mulher na sociedade.....	38
2.3 A criação de instituições de direitos para as mulheres e a implementação de políticas públicas.....	43
3 MOVIMENTOS FEMINISTAS E O EMPODERAMENTO DA MULHER.....	50
3.1 A contribuição dos movimentos feministas para a defesa dos direitos das mulheres no mercado de trabalho.....	51
3.2 O empoderamento da mulher nas redes sociais.....	55
3.3 A representação do feminismo atualmente.....	60
CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

A condição da mulher diante da sociedade mudou de maneira positiva, essas mudanças ocorreram principalmente a partir da Revolução Industrial, visto que era inadmissível a mulher trabalhar fora de sua casa, estudar, divorciar-se e tantos outros direitos que foram sendo conquistados com o decorrer do tempo, através dos movimentos feministas.

Assim, surgiram os movimentos feministas, buscando se estabelecer nas relações de gênero, reivindicando igualdade entre homens e mulheres nas relações da sociedade, buscando direitos aos demais movimentos sociais, no qual, procuram-se garantias para que toda a sociedade siga de maneira justa e igualitária. Com esse movimento, surgiu possibilidades e oportunidades para que mulheres, em sua multiplicidade de vivências, pudessem exercer o seu direito de participação política e social na busca por reconhecimento, igualdade e transformações sociais. É através de diferentes visões e posicionamentos políticos, que, confrontando os sistemas de dominação, exploração e opressão das mulheres, reúne um conjunto de discursos e práticas na luta por direitos e transformações no que se refere à igualdade e à justiça social.

Contudo, a sociedade acaba criando em sua cultura, discursos que insistem em colocar a mulher em uma esfera social distinta dos homens, buscando justificativas para que as mulheres não possam ter a mesma igualdade dos homens e assim não possam exercer os mesmos direitos.

Além disso, os movimentos feministas buscam explicitar e inserir na discussão social as questões relacionadas às mulheres. Compreender os diferentes discursos que foram e são cultivados em diferentes espaços e tempos e as diferenças instituídas entre os sexos e as relações de poder estabelecidas entre eles.

Sendo assim, o presente trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo é denominado “A Evolução dos Movimentos Feministas”, no qual, faz uma busca histórica desde o surgimento dos movimentos feministas, como também das autoras mais influentes do feminismo, uma delas, sendo Simone Beauvoir, abordando o contexto social da época em que a filósofa escreveu e publicou seu livro, expondo as reações da sociedade e a repercussão da obra nos mais diversos aspectos. Além disso, o capítulo faz uma análise histórica das feministas e suas características, seus objetivos e principalmente as conquistas que esse movimento social proporcionou às mulheres.

No segundo capítulo, “Participação Política e Espaços Institucionais de Direitos das Mulheres” abordaremos como as mulheres lutaram pelo busca do direito ao voto e ainda, para serem inseridas no poder como candidatas. Além disso, serão analisados quais os espaços públicos existentes e que auxiliam as mulheres em diversos casos.

O terceiro capítulo destina-se a analisar “Os Movimentos Feministas e o Empoderamento das Mulheres”, assim, será abordada a contribuição dos movimentos feministas para o mercado de trabalho, visto que a mulher ainda é um ser tratado com muita inferioridade e subordinação, também, será analisado como o empoderamento nas redes sociais beneficia as mulheres, e por fim, será averiguada a representação do feminismo atualmente.

Levando em consideração estas importantes questões, o presente trabalho tem como objetivo geral averiguar em um contexto histórico-evolutivo as concepções dos movimentos feministas da sociedade brasileira, em especial, abordando o surgimento dos movimentos feministas, visto que este movimento se politizou através de uma evolução ideológica e política, fruto da própria condição histórica, incorporando questões de caráter crítico e de reivindicação de direitos igualitários entre homens e mulheres. Também, pesquisar a participação política das mulheres e quais as construções de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres.

O trabalho contempla ainda objetivos mais específicos, tais como: a) Estudar o lugar da mulher na sociedade ao longo dos distintos contextos históricos; b) Analisar os principais conceitos de movimentos feministas, nos diferentes períodos históricos, bem como, o seu

surgimento e a busca de seus Direitos; c) Identificar os espaços institucionais que buscam a garantia dos direitos das mulheres, a sua participação política na sociedade brasileira e as lutas históricas pelos direitos políticos.

Para a realização deste trabalho utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, tendo como metodologia a pesquisa em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede mundial de computadores, analisando também as propostas legislativas em andamento, a fim de enriquecer a coleta de informações e permitir um aprofundamento no estudo da situação da mulher enquanto sujeito na sociedade atual e a evolução das relações de gênero.

1 A EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

O direito da mulher na sociedade vem sendo debatido ao longo do tempo, pois apesar dos grandes êxitos e conquistas que ocorreram até os dias atuais, ainda, a mulher sofre grande preconceito perante a sociedade. Sendo assim, surgem os movimentos feministas, no qual lutam pela igualdade entre homens e mulheres, e reivindicam inúmeros direitos para as mulheres. Além disso, os movimentos feministas lutam para que as mulheres deixem de serem vítimas de diversas formas de opressão social para levar a sociedade a estruturas mais justas.

Ressalta-se que o presente capítulo tem por objetivo analisar o contexto histórico das mulheres e a inserção delas nos movimentos feministas, acompanhando as evoluções que ocorreram com o decorrer dos anos na sociedade. Destarte, será analisado as ondas do feminismo, assim como os movimentos feministas no Brasil, averiguar como o regime militar reprimiu as mulheres e prejudicou os movimentos feministas e como os movimentos se reergueram após esse regime, assim como analisar o lugar que a mulher ocupou na sociedade por um longo tempo demonstrando todas as opressões que sofriam diante do patriarcado. Por fim, analisar o papel da mulher negra dentro dos movimentos feministas.

Além disso, para Beauvoir (1967, p. 9) “Ninguém nasce mulher; torna-se mulher”. Com essa frase a autora inicia o segundo volume da polêmica obra *O Segundo Sexo*. Quando publicado o livro, a sociedade ocidental era um modelo muito patriarcal, a mulher não tinha liberdade em nenhum aspecto. Diante disso, essa obra ficou conhecida como uma afronta aos padrões da época, no qual demonstrava insubordinação, dando as feministas forças para resistir a toda a opressão sofrida.

Sendo assim, o feminismo é tudo aquilo que afronta a desigualdade de sexos, requerendo a igualdade entre homens e mulheres:

O feminismo, como doutrina que preconiza a igualdade entre ambos os sexos, e a redefinição do papel da mulher na sociedade, sendo a expressão máxima de consciência crítica feminina. Uma consciência que será forjada, inicialmente, na Europa setecentista, particularmente na França e na Inglaterra, em meio às grandes transformações que então se operam, como consequência do estabelecimento de um novo sistema econômico: o capitalismo. Por um lado, suas raízes se atrelam aos ideais liberais de igualdade, trazidas pela revolução democrática burguesa, que teve seu auge na Revolução Francesa de 1789. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 24).

Além disso, Judith Butler (2003, p. 17) entende que a figura da mulher constitui um sujeito do feminismo:

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada.

Segundo, Simone de Beauvoir (1967, p. 2) criou-se um estereótipo de como uma mulher deve ser perante a sociedade, de muitas vezes ser algo que ela nunca foi, assim:

As mulheres de nossos dias estão prestes a destruir o mito do "eterno feminino": a donzela ingênua, a virgem profissional, a mulher que valoriza o preço do coquetismo, a caçadora de maridos, a mãe absorvente, a fragilidade erguida como escudo contra a agressão masculina. Elas começam a afirmar sua independência ante o homem; não sem dificuldades e angústias porque, educadas por mulheres num gineceu socialmente admitido, seu destino normal seria o casamento que as transformaria em objeto da supremacia masculina.

Sendo assim, percebe-se que as mulheres, começaram a ter uma consciência crítica feminista acerca da opressão que sofriam, no qual, a partir dos movimentos feministas iniciaram as reivindicações dos seus direitos gradualmente, diante de todo preconceito existente na sociedade.

1.1 Contexto histórico

A sociedade em que vivemos, impõe a todos nós regras, costumes e valores que definem o ser humano como homem e mulher. Somos seres que socializam uns com os outros, sendo assim, é preciso conhecer o sistema familiar, a organização religiosa, econômica e jurídica.

A mulher, em todos os tempos, comoveu inúmeros estudiosos que buscaram estudar as diversas situações de opressão que as mulheres sofreram em todas as épocas. Os primeiros defensores de ideias influenciaram na formação da opinião sobre o lugar da mulher na sociedade.

Sendo assim, os primeiros estudiosos tinham um pensamento crítico de grande desvalorização da mulher, visto que os islamistas tinham como ideia, de que as mulheres são pragas de satanás, os gnósticos entendiam que a mulher não era realização do pensamento de Deus, sendo um fenômeno de degenerescência. (ALAMBERT, 1985).

Além disso, no século XVI, muitos pensadores, como Santo Agostinho, referiam-se a mulher como um ser animal, não sendo um ser estável, mas sim, acidental e falho, no qual deveria viver sob a tutela do homem. Montaigne, referia-se a mulher como um ser sem razão, no momento em que recusam-se a seguir as regras da sociedade. Rousseau, entendia que a mulher é um ser destinado para o casamento e a maternidade. Apenas no século XVIII, pensadores começaram a ver a questão com objetividade, tendo como entendimento que a mulher deve ser tratada como um ser humano, havendo igualdade entre homens e mulheres. (ALAMBERT, 1985).

No século XIX, com a revolução industrial, a mulher passou a participar no trabalho produtivo, nesse momento as reivindicações feministas ganharam força na prática, porém, a mulher passa a exercer a dupla jornada de trabalho, no qual, exige-se a presença delas como donas do lar e dentro da classe operária, a partir disso, as mulheres passaram a ser encaradas como perigosas concorrentes.

Na Idade Contemporânea, Kant, defendia que a mulher era um ser moralmente fraco. Halle, afirmava que a mulher servia para ser uma dona de casa. Arthur Schopenhauer faz uma comparação entre a mulher, o homem e o animal, no qual, afirma que a mulher é uma armadilha da natureza, sendo feita para enganar o homem. (ALAMBERT, 1985).

Ressalta-se que historicamente os movimentos feministas dividiram-se em sufragistas, que reivindicavam reformas jurídicas e que desenvolveram-se nos Estados Unidos e Inglaterra e as socialistas que desenvolveram-se em vários países, inclusive na Alemanha, no qual lutavam pela igualdade de classes, elas preocupavam-se a combater o feminismo burguês, e defendiam todas as classes sociais. Assim, para Costa e Sardenberg (2008, p. 28),

Para as socialistas é a incorporação da mulher na produção social que criará as bases para esta libertação, porque além de possibilitar uma independência econômica, rompendo com os laços de dominação do homem e da família, tirará a mulher do isolamento do lar e a integrará na luta comum de todo o proletariado. As socialistas não reconheciam a existência de questões específicas à mulher e reagiam contra

reivindicações feministas, por considerá-las um fator de divisão do movimento proletário internacional, deixando uma margem maior para a influência das feministas burguesas, capazes de captar algumas reivindicações de maior penetração entre as operárias. O medo de romper com a “unidade proletária” impossibilitou as socialistas de levarem adiante uma luta mais consequente em defesa dos interesses das mulheres.

Nesse sentido, as socialistas sempre sofreram preconceitos principalmente da classe operária masculina, pois acreditavam que elas eram fortes concorrentes na produção social, também não aceitavam a participação das mulheres nos sindicatos, no qual, foram criados sindicatos próprios para mulheres.

Diante disso, percebe-se que muitos são os pensadores que criaram ideias de que tipo de ser é a mulher, de tal modo, denota-se que para alguns a mulher era um ser animal, considerado falho, sem razão, para outros, a mulher não era obra de Deus, e assim, muitos foram os pensadores no decorrer dos séculos que faziam críticas sobre a mulher, até mesmo os que defendiam, acabavam desvalorizando a mulher. Também, percebe-se que no decorrer dos tempos surgiram vários movimentos feministas que tornaram-se influência para outros movimentos.

1.1.1 As ondas do feminismo

Nos primórdios dos movimentos, surgiu a primeira onda feminista que lutava pela igualdade de direitos, sendo as principais reivindicações, o voto e o trabalho. Nessa onda, a mulher estava restrita ao espaço doméstico, e destacou-se as lutas pelos direitos civis e políticos fundados na democracia liberal. Ressalta-se que a primeira onda originou-se nos Estados Unidos a partir do século XVIII, sendo iniciada por Mary Wollstonecraft, que em 1792 publicou a *Vindicação dos Direitos das Mulheres*.

Em 1848 ocorreu o primeiro congresso nacional de mulheres dos EUA, o chamado *Sêneca Falls Rights Convention*, no qual reuniu cem mulheres que assinaram uma Declaração de Sentimentos (*Declaration of Sentiments*), onde apresentava-se a desigualdade entre homens e mulheres. (REYNALDO, 2015, p. 130, grifo do autor).

Além disso, em 8 de março de 1857, 129 mulheres que trabalhavam em uma fábrica de Nova York, reivindicaram as situações em que viviam em seu local de trabalho, dentre as

quais redução da jornada de trabalho de 14 horas para 10 horas e licença maternidade, porém, por uma ação policial, morreram queimadas no local. A partir de 1921, essa data passou a ser comemorada como o Dia Internacional da Mulher.

Porém, o movimento sufragista foi o que caracterizou esse período, por sua moderação e reformismo, as sufragistas, não apenas reivindicaram o voto, mas sim, toda a patriarcado que o homem detinha perante a família, a Igreja e o Estado, limitavam-se a reivindicar reformas no âmbito jurídico, no qual, acreditavam que a igualdade das leis seria a solução para a discriminação que as mulheres sofriam.

Contudo, as sufragistas não tinham a preocupação em analisar a situação em que a mulher vivia no mercado trabalho, no qual eram obrigadas a arcar com a dupla jornada, ou seja, trabalhar fora de casa durante o dia e ao retornar para casa, exercer o trabalho doméstico. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 27).

Diante disso, ao alcançar as reformas no âmbito jurídico, principalmente o direito ao voto, assim como, o surgimento de departamentos femininos nas instituições, os sindicatos, as sufragistas retornaram aos seus lares para exercer a dupla jornada, pois não acreditavam que a sociedade pudesse mudar diante do papel que a mulher já exercia. Logicamente, sempre que necessário, elas voltavam à luta para garantir privilégios de classes em momentos de crise. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 27).

No Brasil, a primeira onda foi marcada por reivindicações do direito de sufrágio, no qual foi impulsionado com a Proclamação da República em 1889, tendo ideais abolicionistas e de igualdade. Entretanto em 1891, a Assembleia Constituinte Republicana frustrou o alcance aos direitos políticos das mulheres. Contudo, as mulheres não se conformaram com a recusa na participação política. (SIQUEIRA, 2015, p. 334).

Diante disso, a primeira onda foi perdendo força no início da década de 30, em todos os lugares do mundo, no qual reapareceu na década de 60, com a chamada segunda onda, no qual procurou se deter no que era específico da mulher, reivindicando que as peculiaridades femininas fossem reconhecidas e protegidas.

Os movimentos feministas da segunda onda trouxeram uma nova concepção de justiça, no qual reivindicam ao sexismo e androcentrismo (machismo), voltada a questões de violência sexual e familiar contra a mulher, alegando-se que era uma questão a ser publicamente discutida e solucionada. Surgiu um coletivo organizado de mulheres, caracterizando-se por serem radicais. (REYNALDO, 2015, p. 131).

[...] na qualidade de valores culturais largamente presentes na sociedade, nas instituições, esfera privada e relações subjetivas, sem estar restrita à distribuição econômica. A superação dos padrões culturais, portanto, não ocorreria apenas por meio de uma justiça distributiva, devendo haver um reconhecimento específico, somando a um tratamento diferenciado, das expressões de dominação de gênero como a violência doméstica, o assédio sexual, a escassa participação feminina na esfera político- institucional, entre outras. (REYNALDO, 2015, p. 131).

As feministas elaboraram um estudo pautando assuntos na área de trabalho e gênero, no qual, demonstraram que o conceito de trabalho não está na esfera doméstica, mas apenas na esfera econômica e política. Também, na área da violência denota-se uma violência específica de gênero, podendo ser observada pelos altos números de estupro, assédio sexual e violência doméstica, no qual acontece em todos os tipos de classes sociais. O aborto também era tratado nesse período, como referência ao direito se der mãe se e quando fosse da vontade da mulher.

Diante disso, a segunda onda, passou por ter grandes fases: a primeira, relacionada com outros movimentos sociais, contestando as dominações do patriarcado, o problema da distribuição de classes, a segunda está relacionada com cultura e a identidade, e a terceira abordando as políticas e espaços transnacionais.

A terceira onda surgiu na metade da década de 80, trata-se da desconstrução da mulher, como um sujeito coletivo que partilha as mesmas opressões. Entende-se que as mulheres são diferentes dos homens, e diferentes entre elas, pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe e religião. Diante disso, Siqueira (2015, p. 338), dispõe:

Essa nova fase do feminismo mostra, então suas raízes em dois movimentos filosóficos da contemporaneidade: o pós-modernismo e a Filosofia da Diferença. Os trabalhos teóricos feministas desenvolvidos a partir de então tem um caráter de rejeição de tudo o que é

unívoco, procurando dar ênfase à mutabilidade e à subjetividade e radicalizando a subversão contra tudo o que é opressivo e limitador.

Foi na terceira onda que ficou evidenciado de que os movimentos feministas eram excludentes, visto que, a maioria das mulheres eram de classe média, desconhecendo certos grupos como as mulheres negras, lésbicas e trabalhadoras rurais.

Além disso, a terceira onda tem como objetivo evitar definições essencialistas que se baseava nas experiências das mulheres brancas norte-americanas e britânicas da classe média-alta. Essa fase do feminismo tinha como debate, questões relativas à cultura, sociedade, política da cor e participação da mulher negra na sociedade, o feminismo da diferença, pautado na diferença entre os sexos.

Diante disso, os movimentos feministas afirmam a necessidade de reconhecer as diversidades de todas as mulheres, assim como o potencial positivo das heterogeneidades e pluralidades. Dessa forma, as feministas da última década do século XX admitiram a instabilidade semântica do conceito, mas mantiveram a convicção nas reivindicações de identidade e ação política.

1.1.2 Feminismo no Brasil

Como na maior parte das sociedades, as mulheres brasileiras são alvos de discriminações, opressões, violências físicas, morais e psicológicas, porém, apesar desses ataques, as mulheres destacam-se pela luta por direitos políticos, sociais e civis. Sendo assim:

No Brasil, o pensamento feminista surge, pela primeira vez, no século passado, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta cuja publicação das obras “*Conselhos à Minha Filha*” (1842), “*Opúsculo Humanitário*” (1853) e “*A Mulher*” (1856), além da tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “*A vindication of the Rights of Women*” (1832), marca o despertar de uma consciência crítica acerca da condição feminina na nossa sociedade. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 32, grifo do autor).

A partir disso, as mulheres assumiram diversas formas de luta, para garantir uma educação formal melhor, pela igualdade de salários perante os homens, pelo controle do

próprio corpo, pela liberdade de expressão, pela participação política e demais reivindicações que elas fizeram no decorrer dos anos, para exercer o seu direito enquanto ser humano.

Contudo, no tempo em que havia os senhores de engenho, que respondia aos comandos de Portugal, no qual viviam extensas famílias comandadas pelo patriarcado, no qual se estabeleciam segundo os padrões das Ordenações de Portugal, o marido tinha o poder de castigar fisicamente a mulher. Além disso, nas classes dominantes, a mulher era confinada no interior da casa sob ordens do marido, tendo o papel de reprodutora, visto que casavam jovens e geravam muitos filhos. Já nas classes populares, a mulher tinha mais liberdade, porém, sua situação continuava a ser de precariedade e opressão. (COSTA; SANDENBERG, 2008, p. 33).

Porém, há exceções de algumas mulheres que viveram situações totalmente diferentes das grandes maiorias, no qual, assumiram papéis masculinos na época, administrando negócios, fazendas, ou seja, exerciam um poder além das tarefas domésticas, mas, esses são os casos raros de mulheres que detinham dessa autonomia. (COSTA; SANDENBERG, 2008, p. 34).

Nessa época, eram poucas as mulheres que enfrentavam o patriarcado, porém, mulheres como Maria Quitéria, Joana Angélica, foram consideradas heroínas, pelo seu enfrentamento. Sendo assim:

Com a chegada do século XIX e, com ele, de uma série de mudanças consideráveis de ordem econômica, política, social e ideológica, inerentes ao processo de tramitação de um passado colonial, baseado no trabalho escravo, para a República, o caminho da industrialização, fundamentado no trabalho livre, as condições que tornariam mais evidente a situação das desigualdades entre homens e mulheres, e a especificidade da subordinação da mulher, iriam amadurecer. (COSTA; SANDENBERG, 2008, p. 34).

Além disso, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, mudanças econômicas e políticas surgiram, dando início ao desenvolvimento dos centros urbanos. Já, em 1889 ocorre a proclamação da República e logo em seguida no ano de 1891, a promulgação da Constituição, no qual foi elaborada conforme as ideologias liberais burguesas, onde defendia-se que todos são iguais perante a lei, porém, não havia nada que fizesse menção aos direitos das mulheres, no qual apenas entendia-se que a mulher tinha direitos políticos.

No entanto, a igualdade para todos, na prática, apenas valia para os homens alfabetizados, pois eram excluídos mulheres e homens pobres. Sendo assim, iniciou-se uma trajetória de lutas pela libertação da mulher brasileira, no qual serão voltadas pela educação e profissionalização da mulher.

Ainda, depois da luta travada por Nísia Floresta Brasileira Augusta, no qual, fez despertar em suas obras uma consciência crítica da condição feminina da sociedade e mais tarde pela Imprensa: *O Jornal das Senhoras* (1852), a revista *A família* (1880), *A Mensageira* (1889). (COSTA; SANDENBERG, 2008, p. 35, grifo do autor).

Em 1910, Leolinda Daltro que estava à frente da fundação do Partido Republicano Feminino, desenvolveu-se campanhas contra as violências que as sufragistas inglesas estavam cometendo. Porém, segundo Costa e Sandenberg (2008, p. 37) foi “com a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922, que a luta pelo sufrágio feminino ganhará maior força”.

Uma das principais figuras que está à frente do FBPF, e que lutou pelos direitos das mulheres, foi a líder zoóloga e ativista Bertha Lutz, lutando pelo direito ao voto e ao trabalho. Ainda, conquistou uma vaga de secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1919, em uma época que funções públicas não era aberta para mulheres.

O direito ao voto para as mulheres se deu em 1932, devido a campanha intensificada em todo país pelo direito ao voto, no qual desempenhou papel importante pela Liga Eleitoral Independente com atuação de Bertha Lutz. Conforme Moraes (2003, p. 508),

Após a eleição da Assembleia Constituinte de 1934, que teve a primeira escolha de uma representante feminina, as emancipacionistas brasileiras passaram a lutar por novos objetivos. Entre eles destaca-se a aprovação do Estatuto da Mulher, projeto de lei de Bertha Lutz na Câmara Federal, cujo ponto mais original consiste em assegurar à mulher casada sem renda própria “10% da renda do casal para suas próprias despesas, em atenção aos serviços por ela prestados ao lar”.

A FBPF lançou um protesto “Manifesto Feminina”, no qual defende que as mulheres devem ser livres como os homens, tendo igualdade de direitos e deveres individuais, os sexos por serem independentes devem, um ao outro, cooperação, a autonomia é um direito de todo

indivíduo e a recusa deste direito a mulher é uma injustiça social, a mulher tendo o direito a ter um título de eleitor, entre outras reivindicações que as mulheres buscaram no decorrer do protesto. Também, limitou-se nas questões que seriam discutidas, no qual, havia combate as leis discricionárias, preconceitos e tradições que impedem a igualdade entre homens e mulheres em um contexto democrático burguês e de todas as lutas que tratavam da emancipação da mulher e contra todos os preconceitos sofridos. (COSTA; SANDENBERG, 2008, p. 37).

Além disso, uma das principais mulheres que estavam a frente pelos direitos das mulheres, Bertha Lutz, foi eleita deputada, suplente em 1934 e assumiu em 1936, o mandato, em 1937, apresentou o projeto de “Estatuto da Mulher” no qual, estabelecia a licença especial de três meses na época do parto e em caso de aborto terapêutico ou medicinal, além de uma série de leis de proteção ao trabalho da mulher. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 38).

A partir disso, surgiram no Brasil muitos outros movimentos feministas, porém, muitos desses movimentos estavam vinculados a política, tendo as mesmas características do socialismo mundial, como é o caso, da União Feminina, criada para atender à política de “frente popular”, estabelecida pela Terceira internacional em 1935; o Comitê das Mulheres pela Anistia em 1945, o Instituto Feminino do Serviço Construtivo, criado em 1946; a Federação de Mulheres do Brasil em 1949, entre vários outros movimentos, todos vinculados ao Partido Comunista Brasileiro- PCB.

Porém, o PCB, acreditava que a mulher deveria ser livre, mas também, via a mulher como uma dona de casa e mãe, no qual, não rompeu um paradigma da ideologia da mulher, diante disso, estendeu-se para a classe trabalhadora apoio as lutas.

Contudo, em 1964, iniciou o regime militar, havendo um recesso forçado de muitos movimentos feministas, porém, muitas continuaram resistindo e lutando pelo fim da ditadura, no qual, muitas mulheres foram torturadas e mortas, ativistas e não ativistas. Entretanto, muitos movimentos voltaram a militância com o fim do regime militar.

Diante disso, no decorrer dos tempos, surgiram importantes mulheres que conquistaram muitos direitos em prol de todas as mulheres, surgiram inúmeros movimentos feministas que lutaram pelo direito ao voto, pelo trabalho, pela independência financeira, pela

lei do divórcio, pelo aborto, pela liberdade de expressão, entre tantas outras reivindicações que as mulheres lutaram para conquistar e conseguiram ao longo dos anos.

1.1.3 Do regime militar ao caminho da redemocratização

O regime militar não surgiu apenas no Brasil, mas sim em vários lugares do mundo, buscavam estreitar laços econômicos ao capital externo, incorporando no território brasileiro a tutela militar. A partir disso, passou a haver o entendimento de que o inimigo era interno, ou seja, as pessoas do próprio país passaram a ser vistas como inimigas, e assim, o regime militar se espalhou por todo o Brasil.

A partir disso, surgiu o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, o temível DOI-Codi, continha dotações orçamentárias autônomas e era chefiado por um alto oficial do Exército, no qual, assumiu o primeiro posto na repressão política no país.

Inicialmente, o alvo eram apenas os opositores no plano partidário e na luta política clandestina, porém, a imprensa e a mídia tiveram suas atividades submetidas a censura e a liberdade de organização foi vetada, sendo que jornais e emissoras de rádio e televisão estavam proibidos de divulgar críticas contra autoridades governamentais, já que não poderiam indispor a opinião pública contra elas. Segundo Arantes (2015, p.28),

A ditadura militar brasileira atravessou pelo menos três fases distintas. A primeira estendeu-se do golpe de Estado, em abril de 1964, à consolidação do novo regime. A segunda começou em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), e desdobrou-se nos chamados anos de chumbo, quando a repressão atingiu seu mais alto grau. A terceira e última fase abriu-se com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974, que iniciou uma lenta abertura política, mantida durante o governo Figueiredo até o fim do período de exceção, em 1985.

Durante o regime militar, as mulheres também foram militantes e resistiram como organizadoras na sociedade civil, foram feitos movimentos de protestos em todos os lugares, rua, universidade, igrejas, sindicatos. Diante disso, segundo Arantes (2015, p. 28),

O golpe militar, em 1º de abril de 1964, institucionalizou a detenção, a prisão e o sequestro, o banimento, a tortura, o assassinato e o desaparecimento, deixando um legado sinistro: mortos e desaparecidos políticos, uma legião incontável de

militantes – homens e mulheres – presos e torturados e histórias de vida truncadas. A política de repressão é praticada quando o poder político, aliado ao poder policial e militar, outorga-se o direito sobre o corpo, a mente, a vida e a morte dos cidadãos. Exercer continuamente atos que sustentam essa política é um gesto que, aos poucos, torna-se sobre-humanamente desumano, e apaga, devagar, a repugnância inata ao crime.

O corpo da mulher tornou-se uma presa fácil para os torturadores, devido ao desejo masculino. “Autorizado por seus superiores e mandantes a torturar, o servidor torturador incorporou ingredientes próprios e piores ao ato que, por delegação, lhe foi solicitado e previamente permitido.” (ARANTES, 2015, p.29).

Sendo assim, nenhuma mulher era poupada da dor e do sofrimento, as mães tornavam-se mais vulneráveis, pois sofriam ameaças de que seus filhos fossem torturados. “O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após sevícias e estupros.” (ARANTES, 2015, p. 30).

As mulheres também estavam presentes na política, pela luta pela anistia aos presos políticos. No Rio de Janeiro, foi fundado os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), no qual, desencadeou-se devido a indignação de diversos setores da sociedade e o desejo do fim da ditadura. Sendo assim, Arantes (2015, p. 31),

O programa mínimo desses comitês exigia: libertação imediata de todos os presos políticos; volta de todos os exilados, banidos e cassados; reintegração política, social e profissional dos funcionários públicos ou privados demitidos por motivos políticos; fim radical e absoluto da tortura; revogação da Lei de Segurança Nacional, desmantelamento do aparato repressivo; esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos por motivação política; julgamento dos responsáveis.

Diante disso, o livro “Direito a memória e a verdade: Luta, substantivo feminino” retrata o sofrimento das mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura, é o registro da vida e morte de 45 mulheres brasileiras que lutaram contra a ditadura, eram mães, esposas, filhas, profissionais da imprensa, universitárias que lutaram em prol de uma sociedade com liberdade de expressão, mas que foram terrivelmente torturadas, inclusive por serem mulheres, Nesse sentido, Rose Nogueira, era jornalista e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi presa em 4 de novembro de 1969, em São Paulo (SP). Hoje, continua como jornalista e defensora dos direitos humanos, foi torturada e relatou todo seu sofrimento:

‘Sobe depressa, Miss Brasil’, dizia o torturador enquanto me empurrava e beliscava minhas nádegas escada acima no Dops. Eu sangrava e não tinha absorvente. Eram os ‘40 dias’ do parto. Na sala do delegado Fleury, num papelão, uma caveira desenhada e, embaixo, as letras EM, de Esquadrão da Morte. Todos deram risada quando entrei. ‘Olha aí a Miss Brasil. Pariu noutra dia e já está magra, mas tem um quadril de vaca’, disse ele. Um outro: ‘Só pode ser uma vaca terrorista’. Mostrou uma página de jornal com a matéria sobre o prêmio da vaca leiteira Miss Brasil numa exposição de gado. Riram mais ainda quando ele veio para cima de mim e abriu meu vestido. Picou a página do jornal e atirou em mim. Segurei os seios, o leite escorreu. Ele ficou olhando um momento e fechou o vestido. Me virou de costas, me pegando pela cintura e começaram os beliscões nas nádegas, nas costas, com o vestido levantado. Um outro segurava meus braços, minha cabeça, me dobrando sobre a mesa. Eu chorava, gritava, e eles riam muito, gritavam palavrões. Só pararam quando viram o sangue escorrer nas minhas pernas. Aí me deram muitas palmadas e um empurrão. Passaram-se alguns dias e ‘subi’ de novo. Lá estava ele, esfregando as mãos como se me esperasse. (MERLINO; OJEDA, 2015, p. 45).

Além disso, Dulce Maia era produtora cultural e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), quando foi presa na madrugada de 26 de janeiro de 1969, em São Paulo (SP). Hoje, vive em Cunha (SP), é ambientalista, dirige a ONG Ecosenso e é cogestora do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Seus relatos de tortura são aterrorizantes, assim:

Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: ‘Você vai parir eletricidade’. Depois disso, me estuprou ali mesmo. Levei muitos murros, pontapés, passei por um corredor polonês. Fiquei um tempão amarrada num banco, com a cabeça solta e levando choques nos dedos dos pés e das mãos. Para aumentar a carga dos choques, eles usavam uma televisão, mudando de canal, ‘telefone’, velas acesas, agulhas e pingos de água no nariz, que é o único trauma que permaneceu até hoje. Em todas as vezes em que eu era pendurada, eu ficava nua, amarrada pelos pés, de cabeça para baixo, enquanto davam choques na minha vagina, boca, língua, olhos, narinas. Tinha um bastão com dois pontinhos que eles punham muito nos seios. E jogavam água para o choque ficar mais forte, além de muita porrada. O estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha de lutar muito para continuar resistindo. Felizmente, eu consegui. [...]. Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. (MERLINO; OJEDA, 2015, p. 70).

Portanto, esses relatos demonstram todo o sofrimento dessas mulheres e de muitas outras que foram cruelmente torturadas e passaram por todos os tipos de humilhações. Muitas famílias sofreram e foram perseguidas devido a militância de um algum membro da família. Muitas mulheres morreram, outras sobreviveram e conseguiram recomeçar suas vidas e outras até hoje estão desaparecidas.

Contudo, percebe-se que as mulheres sempre resistiram bravamente, militantes atuando por seus partidos ou organizações políticas, tanto os comitês quanto as Ligas

Femininas que atuaram no regime militar tinham como objetivos a “luta contra a demolição das favelas; campanhas para a instalação de creches e de bibliotecas infantis; luta pela independência econômica nacional (campanha de petróleo); e finalmente, contra a carestia.” (MORAES, 2003, p. 509).

Além disso, segundo Moraes (2003, p. 510), houve uma nova experiência de cidadania pelos movimentos feministas no Brasil:

Sem jamais abdicar de suas “questões específicas” – aborto, direitos da maternidade, igualdade salarial etc. –, o movimento das mulheres, tal como acontecera na época da ditadura Vargas, foi o primeiro a levantar a bandeira da anistia política, atuando em seguida em conjunção com as demais forças e movimentos que compunham a oposição à ditadura militar instaurada em 1964. Mais do que isso, foi uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas.

Portanto, resta claro que os movimentos feministas sempre estiveram comprometidos com as lutas pela anistia política, no qual em 1974 ocorreu um manifesto em prol da anistia. Além disso, a ONU, batizou 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”, tornando-se uma referência fundamental para a compreensão do movimento das mulheres. “A iniciativa da ONU foi particularmente importante para as mulheres brasileiras, por ter propiciado um espaço de discussão e organização [...]” (MORAES, 2003, p. 510).

Devido ao Ano Internacional da Mulher, muitas mulheres puderam expressar os seus problemas e ampliar o debate em um âmbito de que ultrapasse outros setores sociais, no qual, muitas mulheres de todas as classes e cores, puderam compartilhar seus sentimentos de aflição frente a sociedade.

Em 1978 foi realizado em São Paulo o I Congresso pela Anistia, no qual, foi um grande marco na consolidação dos comitês de anistia, que reuniu muitas pessoas. Já em 1980, houve duas vitórias de oposição à ditadura militar: a anistia política e o retorno do voto, com eleições em 1982. A partir disso, houve conquistas pelos direitos das mulheres com início de campanhas denunciando a morte de mulheres por crimes de “honra”, a denúncia do sexismo nos livros escolares e as campanhas contra o assédio sexual. (MORAES, 2003, p. 511).

Além disso, nesse mesmo ano, conforme Arantes (2015, p. 33),

[...] o CBA/SP organizou uma manifestação comovente, só de mulheres, nas ruas de São Paulo, durante a visita ao Brasil do ditador argentino Jorge Rafael Videla. Elas se reuniram na escadaria do Teatro Municipal e seguiram pelo Viaduto do Chá até o Largo São Francisco. Ruth Escobar, como diretora de cena, propôs que todas se vestissem de preto e caminhassem em silêncio. Na cabeça, lenços brancos com os nomes dos desaparecidos e, nas mãos, matracas tocando vigorosamente. Nos vários cartazes portados, estavam os nomes dos militantes desaparecidos na Argentina e no Brasil.

No ano de 1982, o novo governo criou o Conselho da Condição Feminina, que teve grande influência pela luta nos direitos das mulheres. Já em 1985 foi criada a Delegacia Especializada da Mulher, grande marco, visto a dificuldade que há da mulher que é vítima de violência ter que se submeter aos exames de corpo e delito em uma Delegacia comum. (MORAES, 2003, p. 511).

Diante disso, percebe-se que todas as lutas travadas pelas feministas tiveram grandes resultados, em 1984 foi ratificado a Convenção da eliminação de todas as discriminações contra as mulheres. Ainda, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos da ONU reconheceu que os direitos das mulheres são inalienáveis e constituem parte fundamental dos direitos humanos.

Por fim, apesar de todo o sofrimento, tortura e opressões que as mulheres foram submetidas no Regime Militar, e por tudo que ainda continuam a passar, devido a muitas famílias sofrerem com o desaparecimento de pessoas, percebe-se que a partir disso, muitos direitos foram alcançados para que hoje a mulher possa ter inúmeras garantias, tanto no âmbito internacional como pela Constituição Brasileira de 1988.

1.2 O lugar da mulher na sociedade

As mulheres brasileiras sempre foram discriminadas e oprimidas, como em todo lugar da sociedade, visto que são as organizações econômicas, sistemas jurídicos e religiosos, no qual, dizem o lugar que a mulher deve ocupar na sociedade.

Nesse contexto, a família tem suma importância, porém em algumas sociedades ela inexistente. No Brasil, com a revolução industrial rompeu-se o paradigma de que a casa e o local de trabalho devem ser uma unidade produtiva, visto que a sociedade tornou-se urbanista, ou

seja, o espaço da moradia familiar deixou de ser local de produção e geração de renda e tornou-se apenas o domicílio, assim o trabalho doméstico é visto como uma atividade privada.

Porém, mesmo com a entrada das mulheres no regime de trabalho fabril, elas continuaram a ser desvalorizadas, visto que entendia-se que estavam tirando o trabalho dos homens, e o trabalho doméstico passou a ser apenas cuidar da casa e das pessoas. Além disso, muitas das mulheres que trabalhavam fora eram suspeitas de não serem recatadas e a questão de trabalhar fora de casa foi por um longo tempo considerada como sendo algo impróprio para as mulheres. Ainda, até hoje para homens e ainda muitas mulheres, a visão que há do trabalho é de como se fosse um complemento ao trabalho do marido, com isso, apenas se está fortalecendo as diferenças salariais. (MORAES, 2003, p. 497).

Além disso, as meninas eram educadas para cuidar do lar, apenas em 1827, é que foi possível a presença delas nos ambientes escolares. Já em 1879, foi possível a entrada nas universidades, porém, poucas mulheres tinham coragem de ingressar no ensino superior, visto todo o preconceito existente. Ainda, em 1911, foi criada as escolas de profissionalização, no qual as alunas deveriam aprender sobre economia doméstica e prendas manuais, não havendo outros cursos em diferentes áreas. (MORAES, 2003, p. 498).

Também, segundo Moraes (2003, p 498, grifo do autor) a esposa casta e monogâmica para muitos estudiosos era aquela que não tinha desejos sexuais. Assim:

A concepção dominante sobre a sexualidade da mulher na primeira metade do século XX encontra um bom exemplo em uma tese de Medicina defendida em 1915. Esta tese, que valeu ao autor o título de especialista em Ginecologia e Obstetrícia, é, na verdade, um inventário dos preconceitos e da ignorância com respeito a sexualidade humana e, em especial, à sexualidade feminina. Denominada *Educação Sexual da Mulher*, afirma-se entre outros disparates, que “com a exceção das nymphomanas, as mulheres são sem exaltação erótica, o que as torna essencialmente e biologicamente monógamas”. Em outras palavras, as mulheres normais não têm desejo, só as doentes e perversas é que têm apetites sexuais.

Com tudo isso, percebe-se que a sexualidade da mulher era uma negação e demonstrava que a mulher servia apenas para procriação, assim dividia-se as mulheres em mães, no qual o ato sexual é visto como algo puro, que serve para procriação e as prostitutas, onde o sexo era para diversão, e entendia-se que o homem precisa satisfazer-se com elas.

O Código Civil da República, de 1916, dava garantia de que a mulher continuasse sendo subordinada ao homem, assim, no momento que a mulher casava ela perdia sua capacidade civil plena, dando amplos poderes ao marido para decidir por ela. Além disso, se a mulher não fosse virgem, poderia haver anulação do casamento, podendo, também, o pai deserdar a filha.

No mesmo sentido, Beauvoir (1970, p. 23) questiona:

Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência a sente como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina?

Nesses termos, há muitos fatores que fazem com que a mulher seja submissa. Sendo assim, as mulheres brasileiras tiveram que esperar a criação em 1962 do Estatuto Civil da Mulher Casada, para serem apenas reconhecidas para ter os mesmos impedimentos do marido na vida em comum, a partir da criação desse estatuto as mulheres passaram a ter capacidade civil plena.

Portanto, a subordinação da mulher, passou a ser questionada a partir do século XVII, com o surgimento de uma consciência crítica feminista acerca dessa opressão específica, pois, além de ser um fenômeno universal, também é a primeira forma de opressão na história da humanidade.

Apesar de todos os avanços, a situação da mulher brasileira, inclusive no que se refere ao seu nível de conscientização e desenvolvimento social, ainda permanece muito excluído, sobretudo, quando se considera aquelas situadas nas camadas populares, que são as chamadas minorias, mas que na realidade são a maioria. Diante disso, os movimentos que atuam nas comunidades mais pobres, tem sido de grande importância, para passar conhecimento de direitos de cidadania e conscientização.

1.3 Feminismo e feminismos: A mulher negra na sociedade brasileira

Nos últimos anos as mulheres atravessaram grandes fases, a desigualdade entre homens e mulheres era ampla, geral e irrestrita. A economia colonial brasileira era formada por escravos, propriedade rural, no qual, era os grandes senhores de engenho que tratavam da exportação de produtos primários, e dominava-se o patrimonialismo, as mulheres em sua maioria não tinham acesso a nada, principalmente as mulheres negras, que eram apenas escravas.

Historicamente, os negros vêm de muitas lutas de resistência perante os brancos, visto que foram por um longo período escravos e mesmo após a abolição da escravidão, continuaram a sofrer inúmeros ataques racistas e de desigualdade racial, para muitos, até hoje, os negros não são considerados seres humanos. Na antiguidade, escravas negras eram maltratadas por outras mulheres, suas amas, no qual, vendiam o corpo de suas escravas para prostituição.

Percebe-se que a mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições de existência e isto se dava através de diversas formas de organização, desde o período escravista, no pós-abolição até os dias atuais, com organizações que não se adequaram aos moldes formais.

Portanto, apesar de estarmos em pleno século XXI, além de todo o racismo que os negros sofrem, as mulheres negras, sofrem muito mais, pois além de serem negras são mulheres. Porém, as mulheres, ocupam papel importante dentro da comunidade negra, na maioria das vezes são chefes de família, no qual, são responsáveis pela criação e transmissão de valores culturais, na luta do negro ainda da escravidão, participando ativamente na defesa dos quilombos. (BAIROS, 2008, p. 140).

Desta forma, o combate ao racismo empreendido pelas mulheres negras abrange também a busca pela inserção em movimentos feministas existentes, questionando as desigualdades existentes entre brancas e negras.

Além disso, o Movimento Negro sofre uma discriminação muito grande por parte dos militantes homens, pois veem a mulher militante como alguém que está disputando com eles a

representatividade perante a sociedade, no qual não tem nenhum aprofundamento sobre a questão da mulher e apenas desenvolve um tipo de não aceitação das mulheres negras feministas dentro do Movimento Negro.

No decorrer dos anos, muitas questões foram levantadas pelos Movimentos Feministas, entre eles, a necessidade da mulher trabalhar fora para ter sua independência econômica e sua liberdade, porém, a mulher negra historicamente, sempre esteve atrelada a sua ao trabalho para sua sobrevivência e de sua família. (BAIROS, 2008, p. 141).

Diante disso, percebe-se que a mulher negra sempre esteve excluída dos movimentos feministas:

Nesse cenário, o movimento feminista negro tem se posicionado de maneira destacada. No Brasil, com seu passado histórico de exploração das mulheres negras, o ambiente é bastante necessitado da condução de tais debates. Um bom exemplo de uma coletividade nascida sob essas condições é o Geledés – Instituto da Mulher Negra. Criada em 1998, essa instituição tem o objetivo de reunir mulheres negras contra as práticas do racismo e do sexismo, denunciando assim os males encarados todos os dias por mulheres negras. Reivindicando a especificidade de suas próprias lutas, essas mulheres falam: as feministas sempre apregoaram que as mulheres precisavam se unir para derrubar o mito da fragilidade e ter direitos à política e ao trabalho; ora, nós nunca fomos consideradas frágeis: nossos corpos sempre foram explorados como força de trabalho escrava e açoitados pelo chicote dos feitores. As mulheres negras estão a afirmar que suas lutas não são iguais, e elas não mais serão invisibilizadas. (SIQUEIRA, 2015, p. 339).

Além disso, outra reivindicação feita pelas feministas é a questão da mulher pensar em seu próprio prazer, em conhecer o seu próprio corpo, porém, quando trata-se da mulher negra e pobre, elas perdem esse direito.

Ainda, os Movimentos Feministas são formados na maioria por mulheres de classe média e brancas, no qual, as mulheres negras acabaram ficando à mercê da sociedade, no qual há um grau de dificuldade na inserção das mulheres negras nos Movimentos Feministas, apesar das feministas reivindicarem todos os tipos de direitos, inclusive sobre a desigualdade racial, isso não era o suficiente para a inserção das mulheres negras, visto a enorme dificuldade em reivindicar direitos dos Movimentos Feministas. Segundo Luiza Bairos (2008, p. 141)

Falava-se igualmente na descriminalização do aborto, e era difícil estabelecer quem efetivamente seria beneficiado com essa medida, em razão da precariedade dos serviços públicos de saúde, acessíveis às mulheres negras. Quatrocentas mil mulheres morrem de aborto por ano. A descriminalização não é apenas uma questão

de legalização, na medida em que se garante a melhoria do acesso a esse tipo de serviço. Falava se também na ampliação das oportunidades de trabalhar para a mulher, sem se questionar o significado do requisito de boa aparência para a mulher negra. A armadilha das profissões feministas é um outro ponto, sendo muito difícil identificar entre elas, as que são quase que específicas da mulher negra: servente negra pode, mas professora de curso secundário universitário, não.

É na sociedade capitalista e a expressão da vida social, que ocorrem as lutas para a conquista dos direitos sociais das mulheres negras. E o processo de luta dessas mulheres vem se desenvolvendo a partir das desigualdades que têm como origem as relações sociais.

Sendo assim, no ano de 2003, quando surgiu a Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foi aprovada também leis no âmbito da educação, no qual as organizações feministas e negras reivindicaram. Sendo assim:

[...] a Lei nº 10.639, e 9 de janeiro de 2003, que insere a temática da “História e Cultura Afro-brasileira e Africana” no currículo das instituições oficiais de ensino. Essa legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB nº 9394/96) e foi ampliada, no ano de 2008, pela Lei nº 11.645, que incorporou a questão indígena. (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 298).

Percebe-se que essas políticas públicas foram criadas pelo incentivo pelas feministas negras, no qual lutavam pela igualdade de gênero e racial, no qual acreditavam que poderia haver uma sociedade justa e igualitária.

Toda a história de luta construída pelas mulheres negras é, muitas vezes, desconhecida da população negra e, principalmente, das mulheres negras, como também são restritos os estudos sobre as diversas formas de organização das mulheres negras. Ainda, a organização pode ser vista como uma forma de resistência das mulheres negras e pobres, no qual, surge por uma questão de necessidade para os seres humanos se relacionarem um com os outros.

Diante disso, percebe-se que com as organizações, as mulheres negras estão se fortalecendo enquanto raça e parte de um grupo social que sempre foi discriminado, aos poucos elas estão se inserindo nos grupos feministas e criando seus próprios grupos reivindicando questões relacionadas especificadamente as mulheres negras e aos direitos de todos os negros.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE DIREITOS DAS MULHERES

A partir de uma análise dos movimentos feministas e sua trajetória de lutas e conquistas pelos direitos das mulheres, faz-se necessária uma busca em relação a participação política feminina no poder, pois apesar de todo reconhecimento dado ao papel da mulher na sociedade moderna, ainda hoje convivemos com o preconceito e baixa representação de mulheres em espaços de poder político.

A participação das mulheres nos espaços de poder deve ter seu reconhecimento através de outras mulheres que lutaram por essas conquistas, rompendo com padrões impostos a elas, nesse caso, podemos atribuir a quem lutou de forma organizada e coletivamente ou individualmente. Assim, é o caso das índias que enfrentaram a violência praticada pelos colonizadores, das negras que enfrentaram a escravidão, das brancas que romperam com inúmeras limitações exercidas a elas, lutas diferentes, mas todas com o mesmo objetivo, igualdade de direitos, liberdade de expressão, de ter uma voz no mundo e serem ouvidas.

Em razão da força dos movimentos feministas e da determinação de muitas mulheres, elas conseguem um espaço na vida política a partir do século XX, devido a mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades, o direito ao voto foi conquistado por mulheres jornalistas, médicas, professoras, cientistas.

Vale ressaltar, que o feminismo não está focado em apenas uma questão, mas sim em um todo que contempla todos os direitos da sociedade, seus efeitos e sentidos não estão restritos às mulheres. Sendo assim:

As lutas feministas tiveram diferentes expressões, heterogêneas como o próprio feminismo. A relação entre essas lutas e o feminismo teórico é fundamental, produzindo debates em que as fronteiras entre a luta política e a atividade acadêmica são, em geral, mais porosas do que nas correntes predominantes da teoria política. Nas lutas pelo voto feminino e pelo acesso das mulheres à educação, assim como na exigência de direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, do direito das mulheres à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva, o feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, é claro, mas também das formas de pensar o mundo que o legitimavam. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 2014).

Diante disso, os movimentos feministas tiveram profunda importância, visto que inicialmente conseguiram o direito ao voto para as mulheres, em seguida foram conquistando

espaços no poder público, iniciando com muitas dificuldades, visto a não aceitação dos homens com as mulheres envolvidas na política. Apesar disso, todos lutaram firmemente exercendo seus direitos políticos e lutando pelo poder na política.

2.1 As lutas históricas pelos direitos políticos

Na primeira metade do século XIX, homens e mulheres buscavam viver livres de uma economia de base colonial, abolir a escravidão e conquistar o regime republicano. No século XX, mulheres iniciaram ideais emancipatórios, qual seja, o direito ao voto. Sendo assim:

Em 1927, o Rio Grande do Norte foi pioneiro em dar à mulher o direito ao voto e elegeu sua primeira prefeita: Alzira Soriano. Nas primeiras três décadas do século, as sufragistas, como a bióloga Bertha Lutz, atravessavam o país, propondo o sufrágio feminino, frequentavam a Câmara e o Senado e conversavam com os deputados e senadores para convencê-los a aprovar a igualdade política feminina. Bertha buscou apoio internacional, aliando-se às sufragistas norte-americanas e inglesas que conheceu em 1922, quando participou da Assembleia da Liga de Mulheres Eleitoras nos Estados Unidos e foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-americana. Trouxe uma comissão internacional de sufragistas para pressionar Getúlio Vargas e demais parlamentares a aprovar o sufrágio feminino no Brasil. (BLAY, 2017, p. 66).

O objetivo de Bertha era que os outros estados criassem espaços de discussão e núcleos de defesa dos direitos das mulheres, inclusive ao voto. O grupo liderado por Bertha tinha grande influência na mídia, devido a escrever cartas, comparecer no Congresso Nacional quando havia alguma pauta do interesse das feministas. (CEVA; SCHUMAHER, 2015, p. 58).

No mesmo ano, em que a Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte foi aprovada, um grande número de mulheres compareceu a Justiça do Estado para garantir seus direitos políticos. Diante disso, as feministas estavam eufóricas e motivadas a lutar, além das manifestações públicas utilizavam a escrita como forma de resistência, porém, tiveram que esperar por mais alguns anos para terem seus direitos políticos concedidos.

Em 1930, com o fim da República Velha, e no poder Getúlio Vargas, um dos primeiros feitos do governo foi a criação de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, surgindo o primeiro Código Eleitoral do Brasil.

A partir disso, várias mulheres se destacaram na política, como a médica paulista, Carlota Pereira de Queiroz, cuja atividade profissional está ligada ao mérito e apoio aos rebelados e feridos da Revolução Constitucionalista. Passados alguns meses da derrota dos paulistas, eles se reorganizam para uma Assembleia Constituinte, nessa condição a médica se destaca, pois busca o apoio das mulheres da elite paulista, especialmente de Olivia Guedes Penteadó e dos jornais tradicionais. Depois de elaborado a campanha, Carlota elegeu-se na Assembleia Constituinte em 03 de maio de 1933, sendo a primeira mulher a ocupar um cargo de deputada federal no Brasil e a assinar a Constituição de 1934 juntamente com 252 homens.

Nessa época, o Brasil enfrentava um período de reorganização do Estado, visto que foram criados novos ministérios e uma nova Constituição foi outorgada, no qual beneficiava alguns direitos reivindicados pelas mulheres. Ainda, alguns direitos trabalhistas, como salário mínimo, cargo horário de trabalho, licença-maternidade também são conquistados via decreto.

O feminismo organizado dos anos de 1970 teve grande repressão e ameaça da liberdade, sendo assim, a ONU sugeriu a realização e uma Conferência Internacional sobre a Mulher em 1975, na cidade do México, no qual a data ficou reconhecida como Ano Internacional da Mulher.

Portanto, a delegada Therezinha Zerbini apresentou um plano de ação e teve uma moção aprovada em prol da Anistia Brasileira. Assim, no final do ano de 1975 a delegada fundou o Movimento Feminino pela Anistia, no qual, tinha como objetivo denunciar a repressão exercida pelo regime. Em 1980, o movimento passou a chamar-se de Anistia e Liberdades Democráticas.

Destarte, cada vez mais denota-se que as mulheres entraram para a política exercendo papel fundamental na sociedade. Em 15 de novembro de 1978, foram marcadas eleições para o Congresso Nacional, no qual muitas mulheres foram eleitas, para a Câmara dos Deputados, foram eleitas quatro mulheres, no Senado, foram eleitas cinco como suplentes dos senadores, que foram assumindo a titularidade por diferentes fatores, sendo a primeira senadora, Eunice Michilles, e a primeira mulher negra a ingressar no Senado foi Laélia Alcântara. (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 126).

Contudo, no final do ano de 1970, surgiram dezenas de grupos de mulheres pela luta da redemocratização de direitos e cidadania, eram grupos que defendiam creches, direito a sexualidade, melhores condições de trabalho e contra a violência. Depois da conquista pela Anistia em 1979, o país mobilizou-se para recuperar o direito ao voto para governadores e presidentes, devido ao regime militar não estar ocupando uma posição sólida.

A primeira reunião nacional promovida pelas feministas no ano de 1979 ocorreu em Fortaleza, sendo o encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, convencionado para Encontro Nacional Feminista, após um ano, ocorreu o segundo encontro no Rio de Janeiro, participando mais de 1.500 mulheres. (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 143).

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTY, 2004, p. 42).

Entretanto, com as eleições diretas no ano de 1982 os movimentos das mulheres reinauguraram sua relação com o Estado. Um grupo de mulheres propôs a criação de um órgão específico, responsável pela defesa feminina e pela implementação de políticas públicas para as mulheres. Diante disso, em 1993, nasceram dois conselhos voltados aos direitos das mulheres, Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher no Brasil, na cidade de São Paulo e Minas Gerais. (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 155).

Contudo, o conhecimento desses conselhos repercutiu nacionalmente entre os movimentos feministas, gerando amplo debate, no qual desencadeou manifestos, devido a isso, em 1985, “o presidente José Sarney encaminhou para o Congresso um projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com autonomia administrativa, financeira e vinculado ao Ministério da Justiça.” (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 155).

Podemos dizer que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é hoje um órgão de poder, tem poder. Por quê? Porque abriu espaços, soube maximizar recursos relativamente escassos, o que nos dá grande alegria. O fato de ter existido um Conselho durante o período de elaboração da Constituição, ao lado do Congresso

Nacional, garantiu que 80% das reivindicações dos direitos da mulher entrassem no texto Constitucional. A articulação com os movimentos de mulheres que, por sua vez, pressionou os deputados na base, levando as reivindicações até o Congresso Nacional. (PITANGUY, 2008, p. 114).

No mesmo ano, outro marco na história política das mulheres ocorreu, a gaúcha Isabel de Souza Matos, cirurgiã-dentista, pleiteou o direito ao voto, requerendo o alistamento eleitoral, visto que seu direito estava assegurado pela Lei Saraiva nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881, que declarava como eleitora as pessoas portadoras de títulos científicos, porém, devido a nova República, Isabel não conseguiu exercer o seu direito, pois deveria comparecer a Assembleia Constituinte e devido a distância não pode comparecer. Ainda, seu direito lhe foi negado várias vezes, com justificativas de que a Lei Saraiva não conferia direito de voto às mulheres.

Em 1990, com algumas mudanças na sociedade, feita pelos movimentos feministas, no qual, as mulheres já estavam mais independentes e conquistando cada vez mais os espaços públicos, elas passaram a ser respeitadas como indivíduos.

Diante desse cenário, uma série de conferências promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), contribuiu para ampliar a agenda do movimento feminista. O marco inicial foi a Eco 92 (no Brasil), passando pela Conferência Mundial de Direitos Humanos (em Viena, em 1993), na qual foi elaborada a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, culminando na Conferência sobre a População e Desenvolvimento (Cairo, em 1994) e na IV Conferência Mundial sobre as mulheres (Pequim, em 1995). (CEVA, SCHUMAHER, 2014, p. 186).

Devido a todas essas conferências, a Conferência Mundial da Mulher criou para as mulheres brasileiras, grupos e novos espaços para debates em todo o país. Além disso, em 2001, as mulheres negras também participaram de um congresso que tratava diversos temas, inclusive o racismo, na África do Sul.

Conforme, Ceva e Schumacher (2014, p. 188), em 03 de outubro de 1990, foram realizadas eleições, no qual, trinta mulheres foram eleitas deputadas federais e quatro senadoras, algumas dessas parlamentares aceitaram as demandas dos movimentos feministas, assim, em 1992, foi aprovada uma CPI para tratar da violência contra mulher.

Além disso, um grande marco político que ocorreu em 1995 foi a Lei nº 9.100, que estabelecia que cada partido apresentasse o mínimo de 20% de candidatas, no qual, em 1996 foi aplicado e três mulheres assumiram a gestão de três capitais. No ano de 1997, a lei foi

ampliada se estendendo a todos os cargos eleitos por voto, com uma cota mínima de 30%. (CEVA, SCHUMAHER, 2014, p. 216).

Destarte, denota-se que houve um grande avanço com essa lei, visto que passou a ser obrigatória que cada partido apresentasse sua cota mínima de mulheres, logo, a inserção da mulher no poder, tornou-se obrigatória e a partir disso, cada vez mais as mulheres foram sendo eleitas em cargos importantes.

Ainda, no ano de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se presidente, assim, “o movimento feminista e o movimento negro comemoraram a criação de duas secretarias com status ministerial, que mediarão o diálogo entre a sociedade civil e o governo federal”. (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 297).

As secretarias tinham objetivos específicos, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República (SPM/PR), era voltada a igualdade dos sexos, sem discriminação. Já a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) tinha como objetivo a discriminação racial. A partir disso, foram criadas algumas leis como a Lei nº 10.639/03, que busca a igualdade racial. (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 298).

No ano de 2006, mais uma conquista do movimento feminista foi alcançado, com aprovação da Lei nº 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha e homenagem a mulher que ficou paraplégica após ter levado um tiro do marido, assim, foi criada com o objetivo de diminuir a violência contra a mulher. Visto que seu caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 299).

Além disso, os autores, Ceva e Schumacher (2014, p. 339), preconizam que:

No período de 2008 e 2009, a deputada Sandra Rosado (RN) assumiu a coordenação da bancada feminina e, em sua gestão, foi criada pelo presidente Michel Temer a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados: o primeiro órgão de direção na história da Câmara dos Deputados a ser ocupado por uma mulher. Nesse período, foi composta pela procuradora-geral e deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA), e por três procuradoras adjuntas: deputada Flávia Moraes (PDT/GO), Carmem Zanotto (PPS/SC) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO).

É visível que no decorrer dos anos a participação das mulheres na política foi aumentando gradativamente, com muita luta, foram conquistando seus espaços no poder,

porém, a desigualdade sempre esteve muito presente, pelo fato de que ainda, as mulheres estão em uma pequena minoria no poder político.

No ano de 2009, foi criado o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com instituições públicas, organizações da sociedade civil e órgãos internacionais, para dar visibilidade e fortalecer ações do estado brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. (CEVA; SCHUMAHER, 2014, p. 339).

No ano seguinte, em 2010, foi lançada a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff (PT) para o cargo de presidente da República, concorrendo com os candidatos, Marina Silva (PV) e José Serra (PSDB).

Destarte, é a primeira vez que o Brasil teve duas mulheres concorrendo nas eleições para a Presidência da República. Porém, a disputa foi ao segundo turno, concorrendo Dilma Rousseff e José Serra, apesar dos ataques adversários, pela primeira vez a Presidência do Brasil é composta por uma mulher, no qual, tomou posse em 1º de janeiro de 2011.

Em seu discurso de posse, ressaltou a importância de sua vitória para uma maior participação das mulheres em espaços de poder: “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje- todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”. (CEVA; SCHUMAHER, 2014. p. 383).

A partir de sua posse, Dilma Rousseff, deu continuidade as políticas públicas que o ex-presidente Lula já havia iniciado. Além disso, com a Lei do Acesso a Informação, foi criada a Comissão da Verdade, para apuração das violações que ocorreram nos anos de 1946 e 1988, no qual, houve inúmeras violações aos Direitos Humanos. Devido a isso, o Estado ficou em posição de subordinação perante os Direitos Humanos.

Diante disso, denota-se que no decorrer do tempo, os movimentos feministas conquistaram inúmeras políticas públicas em todos os âmbitos, inclusive no âmbito político, no qual, foi sendo desenvolvido gradativamente ao longo do tempo, visto que até hoje há ainda, uma dificuldade de inserção das mulheres no poder, porém, como foi observado, o Estado já evolui muito se compararmos com alguns anos atrás, mas há muito ainda a se fazer quanto à mulher na política.

2.2 A participação política da mulher na sociedade

Uma das maiores reivindicações de política pública é o direito da mulher ao voto, sendo uma das maiores conquistas dos movimentos feministas que buscou a participação das mulheres na política.

Percebe-se que no decorrer dos anos as mulheres cada vez mais promoveram espaços para debates e buscaram em suas lutas, direitos políticos para todas as mulheres, no qual, gradativamente foram conquistando espaços públicos, por meio de diálogos constantes com pessoas do poder público e com a sociedade.

Sendo assim, nossa sociedade está inserida em um meio com imensa reflexão crítica, incorporando o movimento feminista na dualidade entre a esfera pública e a esfera privada, a partir disso, há uma compreensão do desenvolvimento entre público e o privado nas normas políticas, na questão de gênero e em inúmeros aspectos que fazem essa distinção, a partir do posicionamento feminista. (BIROLI, 2014, p. 31).

Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e nem experiência como privados e, como tal, não políticos, É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. (BIROLI, 2014, p. 33).

Porém, a preservação da esfera privada, ou seja, a integridade individual no âmbito familiar torna-se mais forte a relação de autoridade do homem e limita a autonomia da mulher, visto tratar-se de um problema particular, não cabendo a sociedade garantias para proteção.

Diante disso, muitas foram às críticas feministas sobre a questão da esfera privada, sendo um dos assuntos de fundamental importância abordados no âmbito político, além disso, na esfera pública, tem-se o entendimento de tratar-se de uma esfera que há uma má interpretação em relações de poder na vida doméstica, no mundo do trabalho e em decisões políticas, visto que o entende-se que não há como diferenciar a esfera pública da privada, as questões políticas da vida social enquanto vivermos em uma sociedade democrática.

Contudo, apesar de todos os avanços e conquistas de muitas mulheres a independência, liberdade e direitos, muitas outras mulheres não conseguiram alcançar todas essas conquistas, os motivos, são variados, inclusive quanto a questão da violência contra a mulher, visto que na experiência de muitas, em relação a esfera privada, quanto ao contexto da privacidade na família e nas demais relações afetivas, significa o mesmo que resguardar um espaço de violência contra as mulheres, devido a não proteger a mulher e sim o agressor, no qual, preserva-se a conduta de dominação masculina, por entender-se que a mulher é submissa ao homem e a ele deve obedecer, devendo suportar humilhações e violências por parte de seu marido.

Portanto, essa dualidade das esferas entre vida pública e a vida privada, relacionada ao âmbito familiar contribuiu para impedir que fosse tratado sobre questões de profunda importância como a violência doméstica e do estupro marital, visto entender-se que a interferência na vida privada é incontornável para garantir a cidadania e a integridade física das mulheres. A violência doméstica, sempre foi tratada como um problema particular, no qual, entendia-se que o casal deveria resolver os problemas entre eles, já quanto ao estupro marital, apesar de sempre existir, até pouco tempo atrás era visto como algo impossível de acontecer, visto que a tese defendida é que o corpo da mulher era algo transferido para o marido no momento do casamento. Diante disso, a mulher sempre foi submissa, pois antes de tornar-se pertence do marido era do pai, e devido a isso sempre foi alvo de ataques de violência em todas as esferas. (BIROLI, 2014, p. 42).

Destarte, é perceptível que a mulher por muito tempo não foi dona de seu próprio corpo, visto que detinha uma dominação masculina e só veio a tornar-se assunto de destaque, devido ao início das reivindicações feministas.

Sendo assim, os movimentos feministas produziram muitos avanços na legislação relativa à violência doméstica, e ao estupro, apesar disso, o número de casos de estupro de assassinatos de mulheres por homens, pela questão de gênero, cresce cada vez mais. No Brasil, a aprovação da Lei nº 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi um dos maiores marcos da legislação combatendo a violência contra a mulher e criando mecanismos para combater. (BIROLI, 2014, p. 43).

Ressalta-se, que a violência doméstica é uma questão do polígia da sociedade, atinge todos os que convivem no domicílio do agressor, no qual, geralmente é um homem que detém domínio dos demais ocupantes do domicílio. Porém, não necessariamente, a violência ocorre só no âmbito do domicílio, pode ocorrer, no caso, do marido humilhar a mulher perante outras pessoas, em público.

Além disso, a liberdade dos indivíduos na esfera privada gera impacto direto na vida pública. Sendo assim, questões que envolviam as mulheres no âmbito familiar era marcado como sendo esfera privada, não envolvendo a sociedade. Nesse sentido, o aborto sempre foi algo a ser debatido, porém, por ser considerado um tabu até os dias de hoje, apenas as feministas iniciaram as reivindicações, no qual, até hoje, busca-se a legalização do aborto.

É nesse contexto, que Biroli (2014, p. 44) discute inicialmente o direito ao aborto, no qual, foi visto como um interesse masculino, devido a permitir o controle da reprodução, facilitando assim, as relações sexuais entre homens e mulheres. Sendo assim, as reivindicações feministas pelo direito ao corpo, tornam-se conhecidas como “revolução sexual”, com o pensamento de que os direitos das mulheres ao aborto e ao controle de seu corpo são de fundamental importância para a sociedade, para homens e mulheres.

Sendo assim, a partir dessas reivindicações ocorreram inúmeras discussões em relação a descriminalização do aborto, inclusive em campanhas eleitorais. Considerado ainda, um tabu na sociedade, este tema tornou-se uma questão de relevante discussão, visto tratar-se de segurança pública.

A questão do aborto foi debatida em campanhas eleitorais de 1989, na eleição municipal de São Paulo em 2000 e no ano de 2010 na campanha para presidente, porém, o uso do aborto nas eleições nem sempre eram para a descriminalização, sendo usado como um jogo político, no qual, um adversário tentava atacar o outro, como no caso das eleições de 1989, quando Fernando Collor de Melo usou um vídeo da ex-namorada do outro candidato, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual, o vídeo continha um pedido da ex-namorada de Lula para fazer um aborto, assim, eram essas táticas usadas como tentativa de inibir o crescimento dos adversários, pautando questões relevantes como o aborto demonstram um profundo desrespeito frente as mulheres. (CABRINI; JORDÃO, 2018, p. 302).

O artigo 3^o da Constituição Federal (1988) trata dos objetivos fundamentais perante nossa sociedade, no qual, percebe-se que a Constituição Federal defende e garante que nossa sociedade seja, justa e livre, no qual, as desigualdades sociais sejam erradicadas e que todos os preconceitos sejam extintos, porém, a realidade é outra, cada vez mais, é debatido sobre os preconceitos, desigualdades e liberdade de expressão e apesar disso, presenciamos situações de violências devido ao preconceito. Além disso, quanto ao aborto, a mulher deveria deter de sua liberdade, da escolha de ter um filho, mas apesar de anos de debate, nada foi mudado e as reivindicações continuam, da mulher ter direito de escolher o que quer fazer com seu corpo não dependendo do Estado dizer o que ela dever fazer.

Um dos âmbitos da luta e das teorias feministas em que o aborto é tópico central é o dos direitos reprodutivos ou da autonomia reprodutiva. Ele compreende o acesso a informações e recursos que permitem à mulher o controle sobre sua própria vida reprodutiva [...] O direito ao aborto, especialmente, confronta a idealização da maternidade, que é um modo de representação de um papel compulsório como se fosse tendência natural e desejo comum de todas as mulheres. (BIROLI, 2014, p. 123).

Ressalta-se que nas eleições municipais de São Paulo, no qual, disputava Marta Suplicy e Paulo Maluf, este tentou vincular Marta com temas polêmicos como o aborto e drogas alguns dias antes do segundo turno, espalhando *outdoors* pela cidade. Porém, a tentativa de prejudicar a candidata falhou, visto que foi eleita prefeita da cidade. (CABRINI; JORDÃO, 2018, p. 303, grifo do autor).

Além disso, a campanha de 2010, também teve o aborto em pauta, tendo grande relevância na campanha, visto ter alcançado a opinião pública, o que não aconteceu nas eleições anteriores, a partir disso, a sociedade passou a refletir e expressar a sua opinião, sendo até mesmo realizadas pesquisas de opinião a sociedade.

Segundo, Cabrini e Jordão (2018, p. 308), ressalta-se que na eleição de 2010, duas mulheres disputavam a candidatura, Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV), Dilma, já no ano de 2009 declarava-se a favor da legalização do aborto em entrevista à revista Marie Carie. Porém, devido a opressão da Igreja e dos adversários, posicionou-se no sentido que não

¹ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

deveria haver mudanças legislativas frente a isso, mas que a descriminalização do aborto deveria ser pautado com relevância, visto tratar-se de saúde pública.

O candidato José Serra também investiu em uma campanha demonstrando-se contra o aborto, apesar de que quando foi Ministro da Saúde foi responsável pela implementação de realização de aborto legal no Sistema Único de Saúde e durante a campanha usava um discurso de que o aborto era algo terrível, porém, esse discurso não se manteve por muito tempo, devido a descoberta de que sua esposa, havia interrompido uma gravidez no passado voluntariamente. Já, a candidata, Marina Silva, fez uma declaração pessoal contra a legalização do aborto, mas propôs uma realização de consulta popular. (CABRINI; JORDÃO, 2018, p. 308).

A campanha de 2010 foi a que mais apresentou manifestações de todos os setores da sociedade, líderes do movimento das mulheres, igrejas e seus diversos segmentos, pessoas conservadoras. Porém, o movimento das mulheres preferiu recuar temendo prejuízo a candidatura de Dilma, assim:

É possível imaginar que um elemento político partidário tenha freado o ímpeto feminista. Historicamente o movimento das mulheres tem tido um atrelamento governamental e/ou partidário. Nessa conjuntura é possível que, diferente de outros setores que conseguem se sobrepor as conjunturas, avançando seus interesses particulares, os movimentos de mulheres não tenham conseguido avançar. É possível também que não tenham percebido o quanto a polêmica eleitoral contribuiu para abrir a chamada espiral do silêncio na formação de opinião e de sua expressão entre eleitores. (CABRINI; JORDÃO, 2018, p. 315).

Contudo, apesar da prática da espiral do silêncio, que prevê que quanto mais debatido o tema há mais possibilidade de mudar a opinião, a campanha de 2010 demonstrou que a sociedade estava aberta para um diálogo em torno do assunto, se atendo a descriminalização do aborto, dando as mulheres, a esperança de que haja uma discussão pública mais iluminada e humanista.

Vale destacar que enquanto o aborto for tratado como um jogo de poder político, nada será mudado, pois é preciso que além das reivindicações feministas o Estado também apoie e incentive por meio de políticas públicas de orientação para que haja o respeito as escolhas individuais e que tenha o atendimento adequado no âmbito da saúde.

Sendo assim, o debate sobre o aborto pauta-se na democracia e cidadania, visto que a mulher ser dona de si mesma é a base principal para alcançar a cidadania, porém, enquanto o aborto for criminalizado a mulher sofrerá sempre limitações sobre seu próprio corpo.

Ainda, segundo Biroli (2014, p. 36) as relações familiares devem ser justas, pois só assim a sociedade também será. Sendo assim:

[...] é necessário redefinir essas esferas e a relação entre elas, garantindo que exista justiça na esfera privada e que o acesso a posições, em qualquer uma delas, não seja hierarquizado segundo o sexo dos indivíduos. Não há sociedade justa na qual as relações na família sejam estruturalmente injustas; a democracia requer relações igualitárias em todas as esferas da vida, inclusive familiar. Nesse caso, o compromisso com a universalidade como ideal normativa significa um compromisso com uma sociedade na qual o fato de ser mulher ou homem não determine o grau de autonomia e as vantagens/desvantagens dos indivíduos ao longo da vida. O universal opõe-se, assim, ao arbitrário, e uma sociedade que supere o gênero é considerada um ideal adequado para o feminismo.

Portanto, percebe-se que um dos principais problemas nas esferas, é a abordagem da visão da família e da vida doméstica, no qual, o corpo da mulher é tratada como objeto de pertence, porém, as feministas estão reivindicando nas relações de poder, para que a esfera privada torne-se politizada.

2.3 A criação de instituições de direitos para as mulheres e a implementação de políticas públicas

Os movimentos feministas sempre lutaram por seu espaço diante da sociedade, visto toda a violação de direitos e o machismo existente, as mulheres conquistaram inúmeras políticas públicas, conseqüentemente, surgiram os espaços públicos, as instituições que foram em busca de direitos a todas as mulheres.

Sendo assim, as políticas públicas estão voltadas a toda a sociedade, visto que os movimentos feministas lutaram por uma sociedade igualitária, não apenas pensando nas mulheres, mas em um todo, que compõe nossa sociedade.

Porém, todas essas lutas, iniciaram devido o modo de como a mulher era tratada e a violência que eram submetidas, assim, conforme Leandro (2012, p. 9),

Ao pensar a mulher em situação de violência, remete-se a um processo interacional, que não pode ser compreendido como uma construção individual, pois existem relações onde todos os indivíduos estão envolvidos e que se afetam mutuamente. Esta reflexão remete-se as relações conjugais, familiares ou sociais, onde seus membros podem estar gerando a violência como também podem estar gerando condições para a submissão. A questão é que existe um poder do homem sobre a mulher e que se baseia na violência exercida contra as mesmas. Deste modo, há um anseio ou até mesmo desejo em dominá-las e controlá-las, especialmente se a mulher fizer parte do relacionamento afetivo.

Devido à violência existente, as mulheres foram em busca de seus direitos, no qual, ocorreu à criação de políticas públicas, uma estratégia de ação planejada que há uma racionalidade coletiva no qual o Estado e sociedade desempenham um papel fundamental.

Cabe ressaltar que o movimento feminista foi além da denúncia da violência contra as mulheres, pois buscou também defender a emancipação política e econômica destas, que abrangia a sua entrada na esfera pública. Com isto, foi realizada uma crítica à proposta liberal de emancipação e igualdade para o sujeito universal, que excluía as mulheres. Iniciou-se um questionamento sobre a presença feminina na esfera privada, no espaço doméstico, nas relações afetivas e sexuais, colocando como centro da discussão a formação da identidade dos gêneros. (LEANDRO, 2012, p. 11).

Entretanto, houve muitas dificuldades para a implementação das políticas públicas, devido às diferenças da esfera pública e privada, inclusive na divisão de trabalho, visto que a mulher deveria realizar afazeres domésticos e os homens deveriam exercer atividades fora de casa. Assim, conforme Leandro (2012, p. 12)

As conquistas do movimento feminista em conjunto com o Estado para implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres surgiram na década de 1980. Em 1985 foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). No ano seguinte a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte foram criadas, consolidando as primeiras ações do Estado para a promoção dos direitos das mulheres no país.

Até o ano de 2002, foi focado na criação das Delegacias e Casas de Abrigo, para acolher mulheres que sofriam de violência doméstica, sendo prestada a elas assistência social, surgindo assim, programas de combate a violência contra a mulher, gerenciado pela Secretaria de Direito da Mulher.

Em 2003 surgiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com o intuito de efetivar ações voltadas para o enfrentamento da violência, proporcionando a criação de novos serviços: Centros de Referência de Atendimento às Mulheres, Defensorias

da Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor e as Promotorias Especializadas. Além de propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência. (LEANDRO, 2012, p. 12).

A SPM passou a abrigar a estrutura da CNPM, no qual, “articula políticas públicas que visam garantir os direitos das mulheres e reafirma o compromisso do Governo Federal com as questões de gênero.” (MIRANDA, 2007, p.12).

Sendo assim, muitos outros programas, inclusive de combate a violência, foram surgindo, garantindo assim, que os direitos humanos não fossem violados, formulando assim, políticas públicas para enfrentamento da violência.

A década de 2000 deu continuidade a esse processo de luta. Ampliou-se o avanço legislativo, e por meio do trabalho de *advocacy* das organizações feministas e movimentos de mulheres, especialmente a partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, um conjunto de demandas foi incluído em documentos e planos governamentais. Esses documentos se constituíram em parâmetro para orientar políticas públicas com a transversalidade de gênero e de raça/etnia. Também nessa década, os programas governamentais de redução da pobreza tiveram impactos positivos sobre a vida de grande parcela da população feminina. (ONU MULHERES, 2010, grifo do autor).

Portanto, ressalta-se que a ONU Mulheres, por muitos anos vem apoiando as mulheres pelos seus direitos e fornecendo assistência técnica nas ações governamentais pelo cumprimento dos compromissos com normas e tratados internacionais que garantam esses direitos.

Porém, conforme, Leandro (2014, p. 42) as políticas públicas surgiram a partir da realização da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), nos anos de 2004 e 2007, sendo assim, realizada a construção de dois Planos Nacionais. Devido a essa implementação, a violência passou a ser vista como problema também do Estado, objetivando a defesa da mulher.

Diante das ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, foi no ano de 2006, aprovada a lei que ficou conhecida como “Lei Maria da Penha”, no qual, tinha como objetivo, a defesa das mulheres que sofrem de violência doméstica, visto que garantiu que as mulheres seriam encaminhadas para programas que prestam assistência social, sendo atendidas em serviços públicos.

Na política Nacional criada em 2011, foram estabelecidos alguns órgãos para combater a violência contra a mulher, entre eles, podemos citar:

[...] os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, os Núcleos de Atendimento à Mulher, as Casas Abrigos, as Casas de Acolhimento Provisório, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher em delegacias comuns, Polícia Civil e Militar, Instituto Médico Legal, Defensoria da Mulher, Juizados de Violência doméstica e familiar, Central de Atendimento à Mulher –Ligue 180, Ouvidorias, Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para Mulheres, Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos, e Núcleo da Mulher da Casa do Migrante. (LEANDRO, 2014, p. 47).

Diante disso, percebe-se que muitas foram às instituições criadas no decorrer dos anos contra a violência doméstica, porém, importante ressaltar que foi devido as feministas reivindicar os direitos, da liberdade da mulher, de ter direito à igualdade, de ser respeitada que essas instituições existem.

Além disso, as feministas criaram as Organizações Não governamentais (ONGs) que são de fundamental importância, visto que as feministas brasileiras tinham inicialmente como objetivo a conscientização das mulheres pobres e trabalhadoras, no intuito de visar seu empoderamento como mulher. Porém, no decorrer do tempo, tornaram-se intermediárias entre as mulheres e o Estado, quanto à questão do monitoramento da política de gênero.

Uma das ONGs de grande importância é a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que atua desde 1963 em todo o Brasil. O público prioritário são as mulheres organizadas no movimento autônomo, movimento popular e sindical, rural e urbano, incentivando a cidadania e igualdade entre homens e mulheres.

Destarte, a SOF, está centrada na democracia popular no movimento feminista, visto que sua construção ocorre através de discursos, organizações com diferentes movimentos sociais. Assim, a SOF compreende que:

[...] as relações de gênero se articulam com as de classe, raça e etnia, e que o feminismo é um elemento constitutivo de um projeto global de transformação da sociedade que se propõe a criar condições de cidadania e igualdade para todas e todos. A reafirmação da igualdade não se faz em detrimento das diferenças, elas acreditam na possibilidade de processos coletivos, em que se estabeleça um compromisso ético-político comum, sintonizado com as questões apresentadas pelo momento histórico atual. A SOF investe na atualização do debate feminista a partir da divulgação de temas pouco tratados no Brasil – como a economia feminista – e da releitura de temas históricos do feminismo, como o controle sobre o corpo das mulheres. (CODAS, 2010).

Diante disso, percebe-se que a SOF, é uma organização que discute todas as questões feministas e temas relevantes que contemplam as mulheres e os homens, visto que requer a igualdade de ambos os sexos, procurando sempre estabelecer a cidadania, construindo uma abordagem que reflete sobre as relações econômicas, a cultura patriarcal e a violência contra as mulheres como um elemento estruturante.

Ressalta-se que a SOF, buscou consolidar a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), como um movimento internacional, mas que teve um grande marco no Brasil, assim:

O I Encontro Nacional da MMM aconteceu entre 25 e 28 de agosto de 2006, em Belo Horizonte, reunindo 500 mulheres. Com uma programação que mesclou formação política, debates estratégicos e intercâmbios de práticas feministas, o Encontro teve o papel de fortalecer a auto-organização das militantes brasileiras e preparar para o desafio de assumir a tarefa de coordenar o Secretariado Internacional da Marcha. A transferência do Secretariado Internacional do Quebec para o Brasil havia sido definida um mês antes, no 6º Encontro Internacional da MMM, no Peru. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2000).

Diante disso, varias outras ações foram realizadas no Brasil, em 2008 tratando da legalização do aborto, no qual participou da criação da Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, afirma-se que a maternidade deve ser uma decisão livre e desejada e não uma obrigação imposta à mulher.

Além disso, no mesmo ano foi realizado pelas mulheres da MMM e da Via Campesina Brasil, o Encontro Nacional de Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética, no qual, tinha como objetivo “[...] à concepção de desenvolvimento baseada na ideia de crescimento econômico ilimitado, onde o mercado e o lucro privado são priorizados em detrimento da dignidade e sustentabilidade da vida.” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2000).

Já em 2010, três mil mulheres marcharam reivindicando “[...] trabalho e autonomia econômica das mulheres; violência; bens comuns e serviços públicos; e paz e desmilitarização – concretizaram a plataforma da MMM.” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2000).

Ainda, no decorrer dos anos, foi realizado várias ações envolvendo mulheres de todo o Brasil, fortalecendo a defesa das mulheres e dos locais onde vivem, traçando outras alternativas feministas para que a mulher cada vez mais possa ter seus direitos garantidos.

Outro movimento que surgiu no Canadá foi a Marcha das Vadias, no ano de 2011, no qual, se instalou no Brasil no mesmo ano, defendendo primeiramente as mulheres que sofriam de violência doméstica. Apesar de o nome ter causado polêmica, as mulheres fizeram uma reflexão da palavra “vadia”, visto as inúmeras vezes a maioria das mulheres já foi chamada de vadia pelos homens, no qual, acabam tornando as mulheres como meros objetos sexuais. Além disso, vadia caracteriza-se por serem todas as mulheres que tem liberdade sexual, que não realizam os desejos do homem, vestem-se como querem, é a mulher que cuida da casa, que apanha do marido, que é vítima de violência e que não tem voz na sociedade patriarcal, logo, todas as mulheres são vadias.

Sendo assim, o lema do movimento passou a ser “Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias” [...] A irreverência da reapropriação de uma palavra que carrega uma conotação tão negativa sugere o caráter subversivo da marcha.” (MARCHA DAS VADIAS, 2011).

Esse movimento foi as ruas, manifestando-se pelo fim da culpabilização da mulher e para gritar que a culpa do estupro é sempre do estuprador, visto que no ano do surgimento da Marcha, ouviu-se a frase “Evitem vestir-se como vadias para não serem estupradas”, sendo assim, a culpa do estupro na maior parte dos casos é colocada na vítima, e a partir disso, a Marcha foi as ruas para reivindicar o fim desse pensamento.

Ressalta-se que a Marcha das Vadias, além de combater a violência contra mulher, juntou à causa LGBT, combatendo assim a violência de todos os gêneros, buscando o respeito e a igualdade de gênero. A marcha, ocorre anualmente em vários estados e cidades do país para denunciar as várias problemáticas que as mulheres sofrem, dando ênfase ao corpo e o direito de ter autonomia sobre ele.

Esse movimento presta atendimento, apoio e acolhimento a todos que sofrem de violência doméstica, além de sair às ruas reivindicando vários direitos feministas e LGBTs, no qual ocorrem sempre que houver questões relevantes a serem discutidas na sociedade.

Sendo assim, podemos perceber que no decorrer das décadas, muitas foram as instituições que criaram espaços para as mulheres e para os grupos LGBTs, as mulheres que na maioria sofrem principalmente de violência doméstica e os LGBTs que sofrem de discriminação e são violentados nas ruas, no qual, na maioria das vezes acabam sendo mortos.

Diante disso, o papel que essas instituições desenvolvem é de grande relevância, pois muitas mulheres sentem-se culpadas pelo que aconteceu a elas, não entendendo que são vítimas da sociedade patriarcal, sendo assim, esses movimentos além de auxiliar nos atendimentos, acolher, trabalham como toda a situação da culpabilização da vítima, no qual, deve haver um cuidado muito grande, visto que todo o processo se torna doloroso a vítima.

3 MOVIMENTOS FEMINISTAS E O EMPODERAMENTO DA MULHER

O empoderamento da mulher sempre foi um assunto muito discutido pelos movimentos feministas, visto que requer que a mulher sinta-se um ser de poder, que não se submeta a situações de humilhações e violências. Neste caso, sempre foi dada uma atenção maior as mulheres vulneráveis, ou seja, que estão em um grupo de pobreza, no qual são privadas de muitos direitos.

Conforme, Fonseca e Wisniewski (2016, p. 108, grifo do autor), as mulheres ainda estão em busca de seu espaço na sociedade e por seus direitos. Sendo assim:

Em uma pesquisa da ONU, encontramos informações que, em julho de 2010, em Assembleia Geral foi criada a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas pela Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres. Para o movimento liderado por elas, esse *empoderar* significa promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e econômicas como garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida das mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável. É possível concluir que para a ONU, é inseri-las no mercado de trabalho, pois, em um sistema capitalista, o trabalho caracteriza o indivíduo de direitos.

Entretanto, o empoderamento está ligado também, aos direitos sociais e políticos, no qual, originou-se dos movimentos feministas, que sempre buscaram espaços de poder na sociedade.

Contudo, denota-se que atualmente as mulheres conseguiram alcançar espaços na sociedade que alguns anos atrás, jamais imaginariamos, visto toda a situação em que a mulher não era vista nem como um ser humano, ou seja, muito se conquistou e muitos cargos públicos foram conquistados, porém, a maioria ainda não ocupa espaços desejados, devido a estarem constantemente provando que são capazes de exercer uma função importante. Apesar de termos tido uma mulher na presidência, no qual foi um grande marco que trouxe inúmeros benefícios para as mulheres, ainda há muito a ser feito para que as mulheres consigam conquistar espaços desejados e que ganhem em equiparação salarial, o mesmo salário de um homem que exerce a mesma função.

Conforme Seabra (2017, p. 24), o empoderamento:

[...] engloba o individual e o coletivo. Ele abrange relações de poder, pois visa fazer com que a mulher derrube as barreiras do machismo e possa adquirir autonomia sobre seu corpo, não sendo retratada como objeto sexual, reprodutora, e possa conhecer sexualmente seu corpo, sem medo de julgamentos; seu pensamento pode ser livre, ela não precisa manter suas opiniões para si mesma, pode dialogar livremente no público e no privado, e tem oportunidade de estudar, entrar no meio acadêmico para compreender a história das mulheres e do mundo, fugindo das amarras da ignorância.

Além disso, Sardenberg (2009, p. 2), conceituou o empoderamento como sendo:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas.”

Diante disso, entende-se que o empoderamento das mulheres é representado por muitos conceitos, mas todos estabelecem que as mulheres devem ter autonomia de suas relações econômicas, sociais e sexuais, não podendo ser subordinada ao patriarcado, não sofrendo nenhum tipo de violência, sendo assim, livres de pressão de gênero.

3.1 A contribuição dos movimentos feministas para a defesa dos direitos das mulheres no mercado de trabalho

Os movimentos feministas sempre tiveram uma importante contribuição para a defesa de todos os direitos da mulher, devido a ser o movimento que reivindicou todos os direitos da mulher, como, o voto, identidade de gênero, liberdade de expressão, direito sobre o corpo, leis de combate a violência contra a mulher, no qual, muitas feministas foram ao Poder Público para reivindicar direitos que deveriam ser garantidos, porém, não havia nenhuma garantia. Sendo assim:

Pode-se argumentar que, não fosse pelas demandas levadas por organizações, movimentos e redes de mulheres, somados à sua atuação nas instituições participativas e com entrada nas agências de políticas para as mulheres em âmbito governamental, seriam impossíveis suas conquistas obtidas na legislação e nas políticas públicas. As reivindicações continuam: após a promulgação da Lei Maria

da Penha no Brasil, continuam as pressões para a efetivação da lei. No campo dos direitos reprodutivos, a luta pelo aborto legal. Na democratização da instituição partidária, a luta pela paridade. Na proteção social, a instalação de creches para os filhos de mães trabalhadoras. De um lado ganhos, de outro, demandas em curso. O que nos leva a debater um processo de representação que vai muito além de representação por indivíduos: são os grupos e suas agendas construídas coletivamente, que chegam ao Estado por meio de um processo de representação que ocorre em múltiplos lugares. É o que se denomina de *representação parlamentar*. (AVELAR; RANGEL, 2017, p. 256, grifo do autor).

Sendo assim, resta claro que os movimentos feministas, conseguiram inúmeras conquistas políticas públicas e legislativas, devido às leis que foram criadas por força do movimento feminista que foi atrás de parlamentares e no Congresso, para conseguir que a mulher tenha direitos que asseguram a ela segurança e que exerçam a democracia, utilizando o voto.

Salienta-se que o movimento feminista, não só trouxe direitos e garantias as mulheres, mas também, deu auxílio e reforçou a outros movimentos sociais, dando a eles incentivo para seguirem na luta por uma sociedade justa e igualitária.

Além disso, ressalta-se que uma das maiores conquistas pelas feministas foi à introdução da mulher no ambiente de trabalho, no qual proporcionou independência a elas, porém, ainda nos dias atuais vivenciamos a desvalorização que a mulher sofre, no qual está relacionado com a divisão sexual de trabalho e nas famílias convencionais, devido a entender-se que a mulher tem uma posição de “dona de casa”, e apesar de trabalhar fora de casa, entende-se na maioria das famílias brasileiras que ela tem obrigação de realizar o serviço doméstico, sozinha.

Entretanto, antes do surgimento dos movimentos feministas para reivindicar os direitos das mulheres no mercado, as mulheres que trabalhavam em fábricas como fiandeiras e tecelãs, tinham uma jornada de trabalho exaustiva.

A rotina de trabalho das mulheres nas fábricas era exaustiva variando de 10 a 14 horas diárias, atuando nas tarefas menos especializadas e mal remuneradas, e sem uma legislação para proteger seu trabalho; era submetida a péssimas condições de higiene, de trabalho e assédio sexual. Diante dessa realidade a imprensa operária incorpora o discurso de vitimização, buscando a conscientização da mulher trabalhadora para a luta revolucionária. No entanto, o que mais chama-nos a atenção é a associação entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social. No discurso de diversos segmentos sociais (médicos higienistas, jornalistas, juristas, a igreja, os industriais, socialistas, etc), incorpora um discurso de valorização da maternidade, associado ao ideal de formação da identidade nacional. Segundo essa

ideologia a incorporação da mulher no mundo do trabalho levaria a desagregação da família, uma ameaça a honra feminina dado sua condição passiva e indefesa. De acordo com esses discursos a mulher estaria segura dessas ameaças cuidando da família e do lar. (SILVA, 2011, p. 19).

Inicialmente, as mulheres tiveram que enfrentar muitas dificuldades para participar do mundo dos negócios, devendo superar os homens desde a variação salarial a intimidação física, apesar disso, continuaram a lutar por seus espaços no mercado de trabalho.

Apesar da mulher ganhar um espaço no mercado de trabalho e nos espaços públicos, logo, com salários inferiores aos homens pelo fato da questão de gênero, antes, ela não era vista como uma pessoa formadora de opinião, de poder ou que ocupasse altos postos no mercado de trabalho, e sim como aquela dona de casa, que exercia tarefas domésticas e cuidava do marido e dos filhos, apenas.

Diante disso, a mulher realiza um trabalho invisível nos espaços domésticos, visto que não é caracterizado no âmbito público do mercado de trabalho, no qual não outorga valor ao trabalho humano e remuneração ou salário, sendo assim, desvalorizado e se transforma na base econômica das desigualdades de gênero.

Com o passar do tempo, o novo papel da mulher no poder foram aumento lentamente, porém, para muitas mulheres ainda, a realidade é outra, apesar de estarem em um mercado de trabalho, as condições são precárias.

Porém, embora as mulheres tenham conseguido muitos benefícios com a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho e a independência econômica, tendo sua própria fonte de renda, observa-se que houve algumas desvantagens no decorrer do caminho, visto que as mulheres ganham um emprego, mas a feminização da força de trabalho se relaciona com à deteriorização de suas condições. (REYNALDO, 2015, p. 91).

Além disso, as mulheres que são mães ou que pretendem engravidar encontram mais dificuldade ainda, para conseguir um emprego, visto que um grande número de empresas que detêm um preconceito, no qual, procuram mulheres que não são casadas, não tem filhos e que não pretendem engravidar.

De acordo com Pamela Sobrinho (2013), muitas empresas ainda questionam a mulher que é mãe, caso a criança ficar doente, quem poderá cuidar de seu filho, ou ainda, empresas acabam demitindo mulheres após a licença-maternidade.

[...] casos de mulheres serem humilhadas com piadinhas de mau gosto sobre seu gênero, sua competência e mais os inúmeros casos de assédio moral e sexual. Hoje, grande parte das vítimas destes crimes são mulheres. Mulheres de todas as idades sofrem assédio em todo o país, como provar estes casos se torna muito difícil, a maioria prefere pedir demissão a denunciar, devido o processo ser longo e constrangedor. (SOBRINHO, 2013).

Infelizmente, apesar de o movimento feminista lutar pelos direitos da mulher no mercado de trabalho, é visível que ainda há muito a evoluir, visto que há muita desigualdade de gênero presente nos ambientes de trabalho.

É difícil imaginar que em um país tão amplo e diversificado como o nosso, mulheres não possam assumir cargos de liderança e poder sem associa-los a ganhos em troca de favores sexuais, que as líderes ainda sofram para manter a ordem e o respeito em sua equipe devido ao seu gênero. É difícil perceber que apesar de nossa grande capacidade intelectual somos facilmente substituídas por um homem porque podemos engravidar. É difícil imaginar que algumas empresas queiram nos podar o direito de ser mãe, é difícil assumir que vivemos em um país machista, com empresas machistas e até mesmo mulheres machistas. (SOBRINHO, 2013).

Ainda, a proporção de mulheres chefes de família aumentou muito nos últimos anos, demonstrando que houve um avanço feminino no mercado de trabalho, porém, as diferenças salariais ainda persistem, visto que apesar das mulheres serem mais capacitadas para os cargos, acabam recebendo menos devido ao gênero e, a situação piora ainda mais quando as mulheres são negras.

Contudo, é inegável todo o esforço que as feministas sempre fizeram para que a sociedade tenha um mercado de trabalho com aceitação de igualdade de gênero, no qual, em ambientes de trabalho, as mulheres não sintam-se coagidas ou tenham medo. De acordo com Sarti (2004, p. 42):

As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Diante disso, apesar do mercado de trabalho ainda ser machista, as feministas conseguiram reivindicar muitos direitos, inclusive, através de sindicatos. Sendo assim, muitas mulheres conseguiram altos cargos, que até então, eram impossíveis de conseguir sem as manifestações das feministas que lutaram para que hoje as mulheres possam ter autonomia e que lutem por uma sociedade igualitária.

3.2 O empoderamento da mulher nas redes sociais

O empoderamento da mulher passou a ser discutido pelos movimentos feministas, visto que, devido a imposição de como a mulher deve se portar perante a sociedade, a questão do corpo tornou-se um amplo debate, pois a sociedade sempre viu o corpo da mulher como objeto sexual, tornando-se fetiche publicitário acerca do corpo feminino.

Na sociedade contemporânea, é imposto a mulher um discurso de como deve ser sua aparência, no qual, devem ser magras, com medidas perfeitas, seio e bumbuns sensuais, pele lisa, barriga chapada e músculos definidos, sendo essas as características que a mulher deve seguir.

[...] a questão de cuidado com os corpos varia com as épocas e lugares e, conseqüentemente, da mesma forma que as noções de sujeitos (neste percurso: as mulheres) vão sendo construídas e reconstruídas ao longo dos tempos, em função dos regimes de *verdades*. Os modos de subjetivação pelos quais nos tornamos sujeitos homens e mulheres consistem em *ferramentas de produção* e envolvem modos historicamente peculiares de fazer a experiência do si. (GOETTMS; SCHWENGBER, 2016, p. 115, grifo do autor).

Contudo, os padrões de corpo em que a mulher é submetida, são discursos emblemáticos, no qual, abrange a cultura, o ser humano, o lugar, e o tempo em que vivemos, de modo particular, pertencem ao mapa da inclusão de corpos perfeitos, sendo assim, viver fora dos padrões de beleza torna-se a mulher excluída de alguns mapas da sociedade.

Estar fora do mapa indica adentrar no esquema da negação. A pessoa fica sem rosto, sem língua, sem corpo, à mercê de certa violência psicológica, moral, institucional e social. Corpo de mulher apresentado gordo não interessa para este mudo de aparência padronizada, muito menos o corpo de mulher que inicialmente aceita *ser o que se é*, como corpo disponível. (GOETTMS; SCHWENGBER, 2016, p. 115, grifo do autor).

Diante disso, o empoderamento feminino entra em ação, inclusive, nas redes sociais, fortalecendo as mulheres para enfrentar os padrões impostos pela sociedade, fortalecendo a igualdade de gênero.

Contudo, as redes sociais podem causar um impacto negativo na vida das mulheres, assim como revistas e programas televisivos, no qual investem em mostrar o corpo da mulher, visto que repercutem com uma comunicação machista, quando mostram propagandas que tratam o corpo da mulher como um objeto.

Além disso, a partir das redes sociais, encontramos outras situações que reproduzem negatividade para as mulheres, no qual, há muitas informações de propagandas milagrosas que demonstram resultados de inserção de exercícios físicos, de dietas de famosos e inúmeros outros métodos de emagrecimento, no qual, fazem com que as pessoas acreditem e que muitas outras mulheres idealizem o mesmo desejo, com a certeza de que devem ter o corpo perfeito.

[...] muitas mulheres descartam/desconhecem, durante o encontro entre o real e o idealizado, que há diferentes biótipos circulares, os quais pertencem a grupos étnicos distintos, em condição específica de acessos a moradia e alimentação, que se situam em climas de acordo com a região do país que residem e que, portanto, também possuem hábitos e possibilidades muito peculiares para alcançarem ou não o objetivo idealizado. (GOETTMS; SCHWENGBER, 2016, p. 115).

Entretanto, quando a mulher não consegue alcançar o corpo desejado, ela passa a ser prisioneira de um discurso de corpo perfeito, desencadeando estresse, anorexia, bulimia e muitas outras doenças, visto que este é o desejo mais vital que a mulher possui.

Diante disso, as mulheres acabam construindo uma percepção instrutiva de que o corpo perfeito está na mídia e todas as mulheres devem seguir esse padrão, assim, ficar parecida com uma famosa que lhe é inspiração lhe traz satisfação e aceitação, sendo sinônimo de felicidade.

Portanto, as feministas procuram mudar essa realidade, mostrando que, a mulher atualmente representa muito mais que apenas um corpo belo e sensual, visto que hoje a mulher pode ir além, tem poder de escolher caminhos e fazer planos, ter filhos ou não, ser dona de casa ou não, tornando-se assim uma mulher de coragem, de visibilidade.

Sendo assim, a questão ganha lugar de afirmação positiva quando se torna possível o reconhecimento de que o corpo é a nossa forma pessoal de comunicação consigo mesmos e com o mundo. No caso das mulheres, quem deve ditar o tom sobre o corpo é a própria mulher, não uma força externa que não a reconhece em sua história e pertença. O corpo disponível adentra aqui como irrevogável encontro, pois é com este corpo- em seu sentido e significado- que se podem elaborar conexões, encontros, liberdades, inserções, num mundo em transformação, em que os discursos sobre os corpos oscilam em regimes de verdades temporárias. (GOETTMS; SCHWENGBER, 2016, p. 125).

O corpo, em nenhuma outra época teve tanto efeito como nos dias atuais, visto o grande número de mulheres que vem lutando por conquistas e espaços de reconhecimento de todas as mulheres, através de debates, manifestações, ONGs. Assim, esses movimentos, surgem para fazer uma reflexão de que a mulher não é apenas o corpo perfeito, mas sim, um ser pensante, intencional e que possui direitos. (GOETTMS; SCHWENGBER, 2016, p. 127).

Destarte, as redes sociais como já demonstrado, muitas vezes são utilizadas de maneira incorreta, visto as inúmeras propagandas, inclusive de material esportivo e de bebidas que utilizam o corpo da mulher como objeto sexual, porém, com todo o acesso que há hoje e com todas as reivindicações feministas, é uma escolha das marcas querer falar com a mulher contemporânea da maneira certa.

Contudo, não pode-se afirmar que as redes sociais servem para influenciar de maneira errada, visto que como já observado, são muitas contribuições pelos movimentos feministas quanto ao empoderamento através de twitter, facebook, instagram e demais redes sociais, sendo possível fazer a diferença e também analisar como a justiça também começou a se desenvolver nela.

Sendo assim, as redes sociais fazem com que as mulheres tenham coragem de posicionar-se diante de diversas situações delicadas que muitas vezes apenas nas redes sociais as mulheres encontram coragem para se manifestar, sendo de profunda relevância, devido a auxiliar mulheres fragilizadas, que sofreram de violência doméstica, estupro e qualquer outro tipo de violência, possam expor situações de abusos que não são capazes de expor para outras pessoas.

Entretanto, hoje, encontramos o movimento da Marcha das Vadias, que demonstra a relação entre o feminismo e o as mídias sociais. Sendo assim, conforme Oliveira e Silva (2016, p. 799)

[...] a manifestação inicial, originária do que se tornou esse movimento internacional, foi convocada a partir de um evento no facebook, que rapidamente agregou diversas pessoas, entre elas, organizações feministas e/ou contra a violência de gênero, de modo que seis semanas após a publicação do evento intitulado SlutWalk, 4 mil pessoas marcaram presença na manifestação em Toronto, cidade canadense.

A partir disso, o feminismo foi cada vez mais conquistando seu espaço nas redes sociais, combatendo a cultura do estupro, a violência e entre vários outros casos de abusos que as mulheres sofrem. Assim, podemos perceber que,

A construção de outros movimentos que se seguiram à Marcha das Vadias também teve nas redes sociais uma importante mediação. Podemos citar, no ano passado, a Marcha do Empoderamento Crespo, protagonizada por jovens mulheres negras, e a construção da Marcha das Mulheres Negras, demanda de décadas anteriores que ganhou as ruas de Brasília em novembro/2015, mobilizando mulheres de todas as regiões do país. (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 800).

Portanto, com o empoderamento que os movimentos feministas passaram a transmitir às mulheres, passou a surgir páginas feministas nas redes sociais, blogs, tratando de temas de violência contra as mulheres e inúmeros outros temas de incentivo para que nenhuma mulher sofra de qualquer tipo de abuso e começa a sentir-se empoderada, sendo realizadas a partir disso, várias campanhas de empoderamento da mulher.

Para o feminismo, foi de extrema importância encontrar nessas redes maneiras de promover, publicar e expor discussões relativas à história do movimento. O Facebook é uma das principais plataformas utilizadas para a difusão do feminismo. Por meio de grupos e páginas, pode-se notar a descoberta do movimento na vida de muitas mulheres e é observado que muitas estão se sentindo mais capazes de desconstruir discursos machistas, aumentar a autoestima individual e coletiva, criar grupos de apoio às que tiveram relacionamentos abusivos e grupos que geram renda somente de mulheres para mulheres. Com a ajuda das redes sociais e da internet [...] (SEABRA, 2017, p. 20).

Percebe-se, que com a criação da internet, possibilitou-se um novo debate sobre questões que demonstravam um olhar patriarcal e machista sobre a mulher, podendo assim, derrubar esse status, visto que a mulher ganhou muito mais visibilidade diante de toda a sociedade. “Assim, ocorrem dentro dessas plataformas online, tanto a (re)significação do papel da mulher na sociedade quanto a desconstrução de valores patriarcais, os quais controlam a vida feminina no meio público e no privado.” (SEABRA, 2017, p. 21).

Diante disso, sem o debate virtual, seria muito mais difícil, desmistificar e desconstruir discursos machistas, estabelecendo assim uma análise crítica da imagem promovida na mídia, tem um papel essencial na história do feminismo e em sua disseminação.

A partir disso, avaliar como a linguagem tem sido utilizada em grupos de mulheres que se reúnem pelas redes sociais implica também discutir uma das faces que compõem a construção linguística do movimento feminista contemporâneo. Por essa razão, foi feita a escolha de se analisar o termo "empoderamento" nos grupos selecionados, já que ele se encaixa nessa discussão, pois abrange muitos nichos do movimento feminista ao ser associado a temáticas como corpo, mente, educação, sexualidade. (SEABRA, 2017, p. 23).

Sendo assim, é notável que para as mulheres o surgimento das redes sociais foi uma conquista enquanto os relatos e conversas, transmitindo assim, empoderamento a outras mulheres.

Conforme Brandalise e Cavicchioli (2018), atualmente existem muitas redes de atendimento a mulheres que sofrem algum tipo de violência, como "O Fórum Nacional de Políticas Públicas para Mulheres [...] começou como uma página no Facebook e depois migrou para o Whatsapp e hoje inclui pessoas de todo o País. "A ideia inicial era trocar informações sobre cursos e artigos e reunir contatos". Hoje, o Fórum Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, ajuda vítimas de agressões, assim, muitas mulheres recorrem diariamente para pedir ajuda, no qual são atendidas e recebem orientações.

Denota-se que o feminismo cada vez mais presente nas redes sociais foi incorporando uma militância online, trazendo profunda importância a todas as mulheres, no qual, cada mulher tem uma história que poderá ajudar outra mulher a afrentar algo semelhante, unindo umas às outras contra o machismo ainda muito presente.

Pode-se entrar em várias minúcias sobre o movimento feminista e seus valores por se tratar de um assunto vasto e que tem relações com estruturas lógicas da sociedade que ainda estão sendo analisadas para decompô-las e torná-las didáticas para outras mulheres. Mas é essencial entender o papel do "empoderamento", a mulher percebe que pode e deve ter autonomia pelo seu corpo e seus pensamentos. O discurso feminista, que prega a liberdade e igualdade, propõe que a mulher crie um pensamento crítico, saia de sua posição de subordinação e desconstrua o machismo em casa, nas propagandas, no cotidiano de trabalho, na vida pública. (SEABRA, 2017, p. 25).

Diante disso, percebe-se que o movimento feminista luta pelo fim do machismo nas redes sociais, em programas de televisão, revistas e outros meios de comunicação que ainda

usam o corpo da mulher como objeto sexual, e ainda, luta para que mulheres não se sintam alienadas ao corpo perfeito que esses meios transmitem, visto que não existe um padrão que deve-se seguir de corpo perfeito, mas sim, a mulher deve gostar dela como ela é, não sentindo-se menosprezada por não ser igual as outras. Sendo assim, o empoderamento nas redes sociais é justamente para as mulheres lutarem contra a violência e os abusos sofridos, compartilhando experiências e cultivando debates com homens para que cada vez mais os homens entendam o real significado de feminismo. Por fim, os movimentos feministas manifestam-se para pôr um fim aos estereótipos que a mídia impõe a mulher, no qual, percebe-se que houve um grande avanço com as redes sociais, visto que as mulheres passaram a aceitar-se mais e através de outras mulheres tornaram-se mais empoderadas para falar a sociedade o real sentimento de ser mulher.

3.3 A representação do feminismo atualmente

Verificamos anteriormente que a mulher ainda é tratada com muita inferioridade perante a sociedade, visto que ainda, a maior parte da sociedade não entender do que se trata o termo feminismo, no qual, muitos homens entendem que a palavra “feminismo” vai contra os homens.

Apesar das diversas informações e anos de luta pelos movimentos feministas, a ignorância de se conhecer essa luta parte de muitas mulheres ainda hoje, no qual, tem um pensamento machista do mesmo modo que muitos homens. Porém, com o passar do tempo, o feminismo já teve grandes avanços, assim:

No cenário atual brasileiro, podemos agora identificar uma clara visibilidade da questão de gênero feminino no âmbito das políticas públicas, com a conquista de vários instrumentos legais que aos poucos reconhecem a necessidade de trabalhar do exercício da cidadania, o acesso ao direito, a participação política e social da mulher. Atualmente legitimados temos o Plano Nacional de Políticas para as mulheres – PNPM/2006, a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e se debruça para a prevenção, enfrentamento e assistência às mulheres em situação de violência, foi conquistada também a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher- PNAISM/2013, desta forma passam a ser trabalhadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS por exigência do próprio Ministério da Saúde - MS, ações de assistência à mulher vítima de violência doméstica, detecção e tratamento do câncer do colo do útero, direitos sexuais e reprodutivos, que visassem a atenção e promoção dos direitos que nesse seguimento são demandas específicas do público feminino. (GOMES, 2017, p. 6).

Sendo assim, os movimentos feministas contemporâneos adotaram a estratégia da provocação e do confronto para chamar atenção às suas reivindicações, visto que se trata de um grupo excluído da sociedade que busca a igualdade de gêneros.

Quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra ser que precisamos entender-nos; a má-fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar-se. (BEAUVOIR, 1970, p. 18).

Além disso, atualmente, muito se tem falado sobre a vitimização da mulher, no qual, muitas outras mulheres por não entender o termo da palavra acabam fazendo críticas a um discurso, que deveria ser de defesa, mas ocorre ao contrário, visto que entendem que vitimização é subentendido por fazer-se de vítima, de coitado, ter autocompaixão.

Esta expressão assim como outras que surgiram nos últimos tempos, tem o efeito de confundir ou mesmo reforçar a violência verbal contra o feminismo, ou pior, depreciar aquelas mulheres que são de fato vítimas. A violência física, moral e sexual contra a mulher não é falácia, não se trata de histeria das feministas como querem alguns, é uma realidade que vem crescendo no Brasil e no mundo. Segundo dados, os crimes contra a mulher são justificados por questões de ordem cultural ou mesmo religiosas. No passado o machismo era algo normal como muitas outras coisas foram e não são mais, e no Brasil tem suas raízes na sociedade patriarcal da época da colonização, mas foi um tempo em que a mulher não saía para trabalhar, tinha pouco acesso aos estudos, se casava cedo, não tinha direito ao voto ou a representação política, e os papéis estavam portanto, bem definidos. (BOSCATTO, 2016).

Portanto, o termo “vitimização” não está sendo usado de maneira que entende-se que todas as mulheres sejam vítimas e frágeis, mas sim, para representar uma coletividade que sempre foi excluída da sociedade, como os demais movimentos sociais, e que apesar de muitos anos de luta pelas feministas, ainda hoje, a mulher continua a ser tratada como inferioridade em relação ao homem, reiterando o que Beauvoir escreveu em seu livro a mais 70 anos atrás e que ainda, até hoje, não foi superado.

Destarte, observamos que apesar de todo o avanço e conquistas obtidos nos últimos anos, as mulheres ainda são discriminadas por questões de gênero ou vinculadas à condição de “ser mulher”.

Apesar do campo jurídico, já ter garantido a igualdade de gênero, conforme a Constituição Federal em seu art. 5º², infelizmente a realidade que vivenciamos é uma sociedade estruturada no patriarcado, que faz com que as garantias legais permaneçam como promessas jurídicas e formas que não conseguem se efetivar.

Entretanto, apesar de estarmos em pleno século XXI, e as mulheres terem conquistado seu espaço nas esferas públicas e privadas, ocupando assim, ambientes que apenas os homens ocupavam. As mulheres ainda precisam viver no meio de uma sociedade influenciada pela mídia, pelos paradigmas e pelo conservadorismo.

Ressalta-se que no ano de 2015, ocorreu um importante marco para as mulheres, a inclusão do feminicídio na legislação penal brasileira, por meio da promulgação da lei 13.104/15. O tipo do feminicídio foi criado por meio da adição de uma qualificadora ao crime de homicídio, tornando qualificado o delito contra a vida de outrem praticado em razão da condição do sexo feminino da vítima, envolvendo claramente o desprezo em razão da condição de “ser mulher”.

Porém, não poderíamos falar em representação dos movimentos feministas nos dias atuais sem mencionar os acontecimentos dos últimos anos, no qual, envolvem uma negatividade da sociedade perante as mulheres, ressaltando a misoginia que ainda está muito presente, visto que a questão de “ser mulher” denota inferioridade.

Infelizmente, nos últimos anos vivenciamos situações de grande impacto perante as mulheres, visto que no ano de 2015, ocorreu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no qual, houve grande repercussão nos veículos de comunicação e teve expressiva repercussão nos sites de redes sociais, verificando um sexismo nas críticas a presidenta. Além disso, muitos dos comentários tinham como justificativa a questão de “ser mulher”. De acordo com Stocker e Dalmoso (2016) “Os modos de desqualificar ou criticar o trabalho de uma mulher que ocupa posição de poder, neste caso a presidência da República, retratam uma face permeada por construções históricas e culturais relativas ao gênero.” Além disso, os comentários realizados a Dilma, estavam inteiramente ligados a uma cultura machista, como

² Art. 5º, inciso I, Constituição Brasileira de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

exemplos, podemos citar: “louca”, “bruxa”, “diabo”, “vagabunda”, “vai lavar uma louça”, e muitos outros comentários de violência e ameaça. Todos esses posicionamentos denotam o machismo que vivenciamos em nossa sociedade, visto que se fosse um homem, dificilmente seriam utilizados xingamentos com tanta violência.

Outro ponto importante que pode ser destacado e que ocorreu no ano de 2016, foi a matéria da Revista *Veja* (2016), no qual, na época, publicou uma matéria em que caracterizava Marcela Temer, mulher do então presidente Michel Temer, como “bela, recatada e do lar”. Com essa publicação, entende-se, que a sociedade espera da mulher um papel de coadjuvante, que apareça pouco, que não se sobressaia ao homem e que exerça apenas serviços domésticos. Diante disso, houve grande discussão pelas mulheres e movimentos feministas, no qual criticaram esse posicionamento em pleno século XXI. Ademais, Simone de Beauvoir, em 1949, faz uma análise dessas mesmas características inerentes a figura feminina, na sociedade da época, no qual, ainda serve para a sociedade atual. Iniciaremos com o exame do adjetivo “bela”. A beleza era relacionada com a felicidade, enquanto a feiura era sinônimo de desgraça, pois,

A suprema necessidade para a mulher é seduzir um coração masculino; mesmo intrépidas, aventureiras, é a recompensa a que todas as heroínas aspiram; e o mais das vezes não lhes é pedida outra virtude senão a beleza. Compreende-se que a preocupação da aparência física possa tornar-se para a menina uma verdadeira obsessão; princesas ou pastoras, é preciso sempre ser bonita para conquistar o amor e a felicidade; a feiura associa-se cruelmente à maldade, e, quando as desgraças desabam sobre as feias, não se sabe muito bem, se são seus crimes ou sua feiura que o destino pune. (BEAUVOIR, 1967, p. 33).

Ser uma mulher “recatada e do lar”, demonstra que desde a infância as meninas são ensinadas a como se portar diante da sociedade, sendo sempre imposta regras que justificam-se pelo sexo: “você não deve fazer isso porque é menina”, ou “comporte-se como uma menina”. Assim, a mulher recatada deve seguir o que a sociedade lhe impõe, caso contrário, a mulher que não se encaixa nesses padrões, será “diferente” e criticada.

Além disso, com todos os acontecimentos, o ex-presidente Michel Temer, no ano de 2017, demonstrou mais uma vez como o Brasil está enfrentando sérios problemas quanto ao papel da mulher na sociedade. Em um de seus discursos, mencionou que “governos precisam de marido, daí não quebram”. Essa infeliz declaração, vinda de um Presidente da República, não faz jus ao cenário atual, mas diz muito sobre como nossa sociedade ainda está ligada ao

modelo patriarcal. De acordo com Beauvoir (1967, p. 467) “quer a mulher viva com os pais, ou seja, casada, raramente os que a cercam respeitarão seu esforço como respeitam o de um homem; impor-lhe-ão serviços, tarefas desagradáveis, cercear-lhe-ão a liberdade.”

Sendo assim, a mulher sempre foi submissa a um homem, desde sua infância, tornando-se difícil mudar essa cultura opressora, porém, foi a partir de mulheres que tomaram coragem e enfrentaram o patriarcado que hoje temos uma sociedade menos desigual, com muitos direitos ainda para alcançar, mas com muitos direitos já alcançados.

Diante disso, conforme Brandalise e Cavicchioli (2018), as mulheres vem demonstrando a união que existem entre elas, assim:

Nunca fomos tão fortes. No último ano, mulheres denunciaram publicamente homens poderosos em casos de assédios. Organizaram manifestações em diferentes países contra o feminicídio e pela manutenção e ampliação de direitos. Criaram redes de apoio para ajudar vítimas de violência doméstica, de agressões e de estupros. Desenvolveram grupos de debate e de apoio mútuo nas redes sociais. Discutiram e condenaram o machismo, o racismo e a homofobia e trouxeram força para a nova onda de um movimento que tem mudado mentalidades, comportamentos e relações. Diante de tamanha mobilização, “feminismo” foi escolhida a palavra de 2017 pelo dicionário americano Merriam-Webster e a busca pelo termo no Google cresceu 200% desde 2016.

Destarte, nos últimos anos, o feminismo teve um crescimento notável, foram sendo desenvolvidas varias redes de solidariedade para ajudar mulheres que são vitimas de violência.

Salienta-se que atualmente, além de todos os movimentos já existentes, que expressam diferentes reivindicações, o feminismo em suas formas de manifestação usa o corpo como uma forma de expressão, como no caso de alguns movimentos feministas que ficam de topless durante suas reivindicações, no qual, uma das frases mais conhecidas que as feministas utilizam é “Meu corpo me pertence”, demonstrando que a mulher é dona de si e tem direito ao seu próprio corpo. Porém, o entendimento quanto ao uso de poucas roupas, não é pacifico em todos os movimentos feministas, visto que muitos não utilizam essa prática, porém, buscam os mesmos direitos.

Importante mencionar que o feminismo está cada vez mais fazendo parte de nossa sociedade, as pessoas estão refletindo e vivenciando a importância que os movimentos

feministas tem, no qual, como já observado, foi através desse movimento que muitas mulheres hoje, possuem autonomia.

Para Reynado (2015, p.178) os movimentos feministas procuram ir além dos interesses femininos, procuram congregar diferentes categorias oprimidas. Com a atuação do movimento, as mulheres conseguem vitórias e, ao fazer isso, colaboram para o sucesso de um movimento maior do que estão inseridos, qual seja, o movimento pela justiça social, que valoriza a cultura, sendo um projeto que pretende construir um mundo que não seja comandado pelo capitalismo neoliberal, mas sim, guiado pelos direitos de todos.

Sendo assim, percebe-se que há ainda, um longo caminho a ser trilhado para a conquista de muitos direitos e do reconhecimento da mulher na sociedade, muitas pautas feministas ainda precisam ser abordadas e provavelmente serão efetivadas, porém, o que percebe-se é que desde que os movimentos feministas surgiram, já tivemos retrocessos e avanços, no qual, foram muito significativos para todos da sociedade. Diante disso, de acordo com Beauvoir (1967) é necessário que homens e mulheres afirmem sua fraternidade, pois só assim, iremos alcançar a suprema vitória.

CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi reconhecer como os movimentos feministas contribuíram para que as mulheres tenham seus direitos respeitados. Também permitiu observar o fenômeno da invisibilidade e subordinação que a mulher enfrenta ao longo da história. A presente pesquisa percorreu por dados históricos desde séculos, identificando o surgimento dos movimentos feministas, assim como as primeiras autoras que realizaram publicações feministas, como a obra de Beauvoir, sendo uma das obras mais antigas e que ainda hoje demonstram a realidade em que vivemos, visto que, aborda questões que no Brasil ainda encontram dificuldades de inserção, quais sejam: legalização do aborto, sexualidade, equiparação salarial, desigualdade e violência doméstica, entre outras, assim, foi possível averiguar quais os pontos que se relacionam entre si e que sobrevivem com o passar do tempo.

Inicialmente, analisamos a evolução dos movimentos feministas, observamos que as feministas lutam pela igualdade entre homens e mulheres, e reivindicam inúmeros direitos para as mulheres, assim como, lutam para que as mulheres deixem de ser vítimas de diversas formas de opressão social para levar a sociedade a estruturas mais justas. Além disso, foi através de renomadas autoras feministas que as mulheres começaram a ter uma consciência crítica feminista acerca da opressão que sofriam, no qual, a partir dos movimentos feministas iniciaram as reivindicações dos seus direitos gradualmente, diante de todo preconceito existente na sociedade.

Após examinarmos o conceito de feminismo, observamos o contexto histórico desse movimento, desde seu surgimento pelo mundo, seus primeiros estudiosos, no qual, tinham um pensamento crítico de grande desvalorização da mulher, muitos dos pensadores que criaram ideias de que tipo de ser é a mulher, visto que para alguns a mulher era um ser animal,

considerado falho, sem razão, para outros, a mulher não era obra de Deus. Conseqüentemente a mulher ocupa uma posição de inferioridade e subordinação. Tais aspectos criados com base em justificativas biológicas colaboram para a limitação da situação da mulher e das possibilidades que as elas têm de se libertar desse círculo vicioso, visto que as relações entre homens e mulheres demonstram aspectos dos quais a mulher é vista e tratada como objeto.

Verificamos as três ondas feministas, no qual, a primeira, a mulher lutava pela igualdade de direitos, sendo as principais reivindicações, o voto e o trabalho e ainda, com o surgimento das sufragistas, no qual, não apenas reivindicaram o voto, mas sim, todo o patriarcado que o homem detinha perante a família, a Igreja e o Estado, limitava-se a reivindicar reformas no âmbito jurídico. Na segunda onda, reivindicam ao sexismo e androcentrismo (machismo), voltada a questões de violência sexual e familiar contra a mulher. Já, a terceira onda, desafiou todos os paradigmas, colocando em discussão, aquilo que é considerado melhor para as mulheres.

Observamos, como o feminismo no Brasil se desencadeou, visto que enquanto movimento social vem se destacando pela maneira e como vem se reinventando ao longo do tempo, ou seja, noções centrais para o feminismo foram sendo repensadas, criticadas, por vezes revistas, como é o caso do conceito de gênero. Portanto, o feminismo pode ser pensando como sendo autocrítico, no qual, se molda conforme a sociedade vai mudando. Conseqüentemente, durante o regime militar, as mulheres também foram militantes e resistiram como organizadoras na sociedade civil foram feitos movimentos de protestos em todos os lugares, porém muitas foram torturadas e mortas. Também, verificamos a questão da mulher negra, no qual, percebe-se que com as organizações, as mulheres negras estão se fortalecendo enquanto raça e parte de um grupo social que sempre foi discriminado, aos poucos elas estão se inserindo nos grupos feministas e criando seus próprios grupos.

Analisamos, os movimentos feministas na luta pela participação política e a interação das feministas nos espaços institucionais de direitos das mulheres, no qual, foram travadas muitas lutas pelas feministas para alcançar o direito ao voto e depois para inserir mulheres na política. Observamos o jogo político que existe utilizando-se de políticas públicas importantes que devem ser inseridas na sociedade. Ainda, foi verificado os diversos programas existentes para auxiliar mulheres que sofrem de violência física, psicológica e moral.

Finalmente, verificamos no terceiro capítulo do presente trabalho no qual trata do empoderamento das mulheres, no qual, implica, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Com base nos dados anteriores, é evidente que a mulher ainda não adquiriu a função de sujeito no Brasil, sendo que continua ocupando a posição de subordinação em muitas relações sociais. Compreende-se que no mercado de trabalho, a mulher continua recebendo remuneração inferior à do homem para exercer as mesmas funções, além de enfrentar uma dupla jornada de trabalho; os cargos de representatividade e direção são destinados aos homens, mesmo que o número de mulheres nas universidades seja superior àqueles; que a violência contra a mulher é tratada pela sociedade brasileira como um “problema particular” e que a mulher é responsabilizada pelos atos de assédio e pela própria violência que sofre.

Diante disso, compreende-se que a sociedade ainda é muito conservadora e carrega características do sistema patriarcal, o que remete a resistência em falar abertamente sobre questões de gênero ou qualquer outro assunto que venha de encontro aos padrões conservadoristas. Porém, como observado, o empoderamento nas redes sociais teve grande evolução, apesar de muitas vezes seu uso fazer com que a mulher encontre-se em uma posição de objeto sexual, ou ainda, alienando as mulheres a uma ilusão, foi através das redes sociais que muitas mulheres passaram a debater questões que antes jamais seriam faladas, as redes sociais aproximaram as mulheres, no qual, muitas mulheres e homens passaram a entender o que realmente é feminismo. Diante disso, o feminismo, enquanto movimento social, requer a busca de igualdade de todas as categorias oprimidas, buscando assim, a justiça social.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: O ponto de vista Marxista. [s. n]. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALVAREZ, Marta Elena. O Significado da luta pela libertação das mulheres. In: COSTA, Ana Alice Alcantara, SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Bahia: Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida, 2008. p. 274-275.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Contexto Histórico. In: MERLINO, Tatiana, OJEDA, Igor (orgs). **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. p. 19-33.
- ARAÚJO, Florivaldo Dutra De; BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães. Poder, Cidadania e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. In: XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA, 2015, Florianópolis. **Poder, Cidadania e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito**. Florianópolis: [s.n.]; 2015. p. 01-32.
- BAIROS, Luiza. Mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara, SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Bahia: Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida, 2008. p. 139-146.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I**: fatos e mitos. 4. ed.. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAVOUIR, Simone. **O segundo sexo II**: A experiência vivida. 2 ed.. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEZERRA, Juliana. **Feminismo no Brasil**. [S.l.:s.n.]. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BOSCATTO, Eliane. **Um olhar sobre o feminismo de ontem e de hoje**. Disponível em: <<https://homoliteratus.com/um-olhar-sobre-o-feminismo-de-ontem-e-de-hoje/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

BRANDALISE, Camila; CAVICCHIOLI, Giorgia. **Revolução Feminista. Isto É.** 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/revolucao-feminista/>>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. 25 ed. São Paulo. Saraiva, 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. [s.n.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRINI, Paula, JORDÃO, Fátima Pacheco. A questão do aborto e as eleições de 2010. In: BLAY, Eva Alterman, AVELAR, Lúcia (orgs.). **50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2018. p. 301-317.

CEVA, Antonia; SCHUMAHER, Schuma. **Mulheres no Poder: Trajetórias na Política a partir da Luta das Sufragistas do Brasil**. Ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro. 2015.

CODAS, Julia. **Sempre viva Organização Feminista**. 2010. Disponível em: <<http://www.rizomas.net/cultura-escolar/producao-dos-alunos/utopia-e-cotidiano/344-sempreviva-organizacao-feminista.html>>. Acesso em: 02 maio 2019.

COSTA, Ana Alice Alcantara, SARDENBERG, Cecília Maria B. O Feminismo no Brasil: Uma (Breve) Retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara, SARDENBERG, Cecília Maria B.. **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Bahia: Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida, 2008. p. 23-47.

DYS, Johnni. **Como Anda o Movimento Feminista nos Dias de Hoje**. Tudo Sobre Feminismo. 2018. Disponível em: <<https://tudosobrefeminismo.com/como-anda-o-movimento-feminista-nos-dias-de-hoje/>>. Acesso em: 14 maio 2019.

FEMINISMO: como as redes sociais influenciam na visibilidade do movimento?. Blog/ Noclima. Disponível em: <<https://www.noclima.com/feminismo-como-as-redes-sociais-influenciam-na-visibilidade-do-movimento/>>. Acesso em: 10 maio 2019.

FONSECA, Jorge Alberto Lago; WISNIEWSKI, Rudião Rafael. Mulherões a mil. In: MESSER, Sylvia; WISNIEWSKI (orgs.). **As Mulheres Mil: Dos bolinhos de chuva à emancipação**. Passo Fundo: Méritos, 2016, p. 97-113.

GOETTMS, Lisiane; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Regimes de Verdades Endereçados aos Corpos de Mulheres na Contemporaneidade. In: MESSER, Sylvia; WISNIEWSKI (orgs.). **As Mulheres Mil: Dos bolinhos de chuva à emancipação**. Passo Fundo: Méritos, 2016, p. 115-128.

GOMES, Maria Oliveira. **Redes Sociais e Manifestações Sobre o Feminismo**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 2017. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/redessociaisemanifestacoessobreofeminismo.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2019.

LEAL, Maria de Jesus Daiane Rufino; MOURA, Thalita Albano Duarte. **O Movimento Feminista Contemporâneo e sua Representação Midiática: Uma Análise do Portal GLOBO.COM.** Disponível em:

<<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-2112-1.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2019.

LEANDRO, Amaranta Ursula Fiess. **Implementação de Políticas Públicas e Desafios ao enfrentamento da Violência Contra a Mulher.** In: II SEGUNDA SEMANA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA. Repensando a Trajetória do Estado Brasileiro. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Implementa%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-e-desafios-ao-enfrentamento-da-viol%C3%AAncia-contr-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

LEANDRO, Amaranta Ursula Fiess. **Políticas Públicas para Mulheres: Implementação e Desafios ao Enfrentamento da Violência no Município de São Carlos.** Dissertação. Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós Graduação. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1035/6455.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 maio 2019.

LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”.** Veja.com, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 10 maio 2019.

MARCHA DAS VADIAS CWB: Movimento pelo fim da violência de gênero e da culpabilização da vítima. 2011. Disponível em: <<https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/2016-2/>>. Acesso em: 07 maio 2019.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>. Acesso em: 03 maio 2019.

MERLINO, Tatiana, OJEDA, Igor. Do golpe aos anos “Linha-Dura” (1964-1974). In: MERLINO, Tatiana, OJEDA, Igor.. **Direito à memória e à verdade:** Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. p. 35-70.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil.** 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cynthia.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 496-513.

OLIVEIRA, Bárbara Nascimento de; SILVA, Franciele Jacqueline Gazola da Silva. **Feminismo Nas Mídias Sociais:** Atualidades e Potencialidades. Anais do I Seminário

Nacional de Sociologia da UFS 27 a 29 de abril de 2016. Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS Universidade Federal de Sergipe – UFS ISSN. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/download/6079/5092>>. Acesso em: 10 maio 2019.

O GLOBO. 'Governos precisam ter marido, daí não quebram', diz Temer sobre crise fiscal. O globo, Rio de Janeiro, 29 abr. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governos-precisam-ter-marido-dai-nao-quebram-diz-temer-sobre-crise-fiscal-21277333>>. Acesso em: 10 maio 2019.

ONU Mulheres. O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010. Cepia. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

PITANGUY, Jacqueline. Feminismo e Estado: A Experiência do CNDM. In: COSTA, Ana Alice Alcantara, SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs). In: **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Bahia: Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida, 2008. P. 114.

RODRIGUEZ, Graciela. **O Movimento Feminista e a Luta das Mulheres**. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Texto-base-10RODRIGUEZ-Graciela-Movimentos-Sociais-e-as-Lutas-das-Mulheres.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Graphium Editora, 2011.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. Salvador: NEIM/UFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2019.

SARTI, Cynthia A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2), maio-agosto 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SEABRA, Ana Caroline Castro Morais. **Feminismo e Redes Sociais: Um Estudo sobre Empoderamento na Internet**. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET -MG): INTERFACIS, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://facisaead.com.br/ojs/index.php/interfacis/article/download/74/103>>. Acesso em: 11 maio 2019.

SILVA; Lecivania Santos Rodrigues. **O Labor de Penelope: Trabalho, Gênero e Movimentos Feministas no Século XX**. Faculdade Alfredo Nasser. 2011. Disponível em: <<http://www.unifan.edu.br/files/diracademica/TCC%20Hist%C3%B3ria%20Leciv%C3%A2nia%20Santos%202011%201.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2019.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: XXIV Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA, 2015, Florianópolis. **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 328-354.

SOARES, Vera Lúcia Ramos. Somos todas feministas. In: COSTA, Ana Alice Alcantara, SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs.) **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Bahia: Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida, 2008. p. 235.

SOBRINHO, Pamela. **Mulheres e Mercado de Trabalho**. Blogueiras Feministas. 2013. Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com/2013/09/04/mulheres-e-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

SOF: Sempreviva Organização Feminista. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/a-sof/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. **Uma questão de gênero**: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. Estudos Feministas, Florianópolis, 24, setembro-dezembro 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300679>. Acesso em: 13 maio 2019.